

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de **SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EM ENGENHARIA CONSULTIVA, GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DAS DEMANDAS DOS EMPREENDIMENTOS DE AMPLIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PREVISTOS NAS RODOVIAS FEDERAIS OUTORGADAS À EXPLORAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA, NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA – SUROD DA ANTT**, nos termos da Resolução nº 5.888, de 20/03/2020 e da Portaria nº 351, de 24/08/2018, na sede da ANTT em Brasília, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, uma vez que o regime é útil pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos, especialmente os acionados por demanda, ao longo da contratação.

1.4. Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores de referência da administração.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, bem como, tanto quanto cabível, a Resolução da ANTT nº 442, de 17 de fevereiro de 2004 e todas as Normas Técnicas vigentes, em especial àquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, do DNIT e as expedidas pela ANTT, que forem pertinentes à realização o objeto desta contratação.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

1.7. A Contratação se dará por **LOTE ÚNICO** para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto.

1.8. O objeto foi delimitado em lote único em função das atividades desenvolvidas no âmbito da SUROD serem interdependentes, como por exemplo: A atividade 8 – Apoio Técnico na Gestão de Contrato de Concessões Rodoviárias, se refere às atividades desenvolvidas de forma complementar entre a Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias e a Gerência de Gestão Econômica Financeira de Rodovias, que gerem e consolidam os atos administrativos do contrato de concessão por meio da Revisão Tarifária.

1.9. Apresentamos também despesas eventuais nas atividades (despesas eventuais), como deslocamentos e diárias, que servem exclusivamente para que se permita eventuais verificações in loco, para o desenvolvimento das análises e estudos técnicos dispostos nas atividades 5, 6, 7, 10, 11 e 16, deste Termo de Referência.

1.10. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe de apoio técnico bem como da coordenação geral das atividades, convertendo-se em eficiência operacional e econômica da contratação.

1.11. Dessa maneira, está demonstrado que o parcelamento do objeto implicará em prejuízo técnico e gerencial do objeto.

1.12. Os quantitativos foram definidos com base no histórico das ações realizadas no âmbito da SUROD e suas Gerências Temáticas nos últimos anos, assim, como a avaliação das melhores técnicas utilizadas para o desenvolvimento de serviços semelhantes nos demais órgãos. Além disso, também foram consideradas as expectativas de demandas que advirão relativas à expansão do programa de concessões estabelecidos pelo Ministério da Infraestrutura, sopesando com os limites orçamentários apresentados.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A ANTT, administra, atualmente, 22 concessões rodoviárias totalizando pouco menos de 11.000 km de Rodovias Concedidas. Em 11 de janeiro de 2019 foi assinado o contrato da BR-101/290/448/386/RS, dando início à quarta etapa de concessões que contemplará, conforme previsão para os próximos anos, ao menos mais 05 novos contratos, além de novos leilões para as concessões rodoviárias atuais que se encontram em fase final de vigência. Nota-se assim, além da grande malha viária abrangida, a perspectiva de franca expansão da atividade.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

2.2. Estabelece o Regimento da ANTT que a SUROD está dividida em quatro gerências temáticas, quais sejam: Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias – GEENG, Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR, Gerência de Gestão e Fiscalização Financeira de Rodovias - GEGEF e Gerência de Regulação Rodoviária - GERER, possuindo ainda um assessoramento técnico de apoio no âmbito da SUROD:

2.3. Como a GEENG está fase de contratação em processo específico para utilização de mão de obra exclusiva, este termo de referência se refere apenas a assessoria técnica da SUROD e as demais gerências GEFIR, GERR e GEGEF.

2.4. De acordo com o Regimento Interno da ANTT as competências da SUROD estão traduzidas a seguir:

- I - propor a regulamentação sobre a infraestrutura rodoviária federal concedida;
- II - fiscalizar as condições da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- III - fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária;
- IV - propor a autorização dos programas de investimentos e fiscalizar sua execução;
- V - definir o nível de serviço da infraestrutura das concessões rodoviárias;
- VI - propor a regulamentação e autorização do uso das faixas de domínio;
- VII - harmonizar interesses entre os concessionários, os usuários da infraestrutura e as populações lindeiras;
- VIII - fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e receitas complementares na infraestrutura outorgada;
- IX - organizar o atendimento aos usuários da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- X - acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;
- XI - articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infraestrutura rodoviária federal concedida;
- XII - propor à direção da ANTT regulamentações específicas que propiciem o desenvolvimento dos serviços e o melhor atendimento das necessidades de movimentação de bens e pessoas na infraestrutura rodoviária federal concedida;

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

XIII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de reajuste e revisão de tarifas da exploração das concessões rodoviárias federais;

XIV - acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;

XV - apoiar as autoridades competentes nas questões relativas à exploração de infraestruturas rodoviárias, no âmbito do transporte internacional;

XVI - aprovar e acompanhar a implantação dos projetos de infraestrutura de transporte rodoviário, bem como realizar o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental; e

XVII - analisar e avaliar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas, no que couber, comunicando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica.

No desempenho de suas atividades a Superintendência de Infraestrutura Rodoviária tem o apoio da Gerência de Gestão Econômico-Financeira de Rodovias - GEGEF, a Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias - GEFIR, a Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias – GEENG e a Gerência de Regulação Rodoviária- GERER.

2.5. A competência VI e XVI se refere a atividades típicas da GEENG, que está em fase de elaboração de projeto de contratação específico. As demais competências são inerentes às atividades realizadas no âmbito da assessoria técnica da SUROD e as demais gerências.

2.6. Para que a SUROD e suas gerências GEFIR, GEGEF e GERER possam cumprir adequada e tempestivamente suas competências faz se mister a contratação de mão de obra exclusiva para prestar apoio técnico às atividades previstas no presente termo de referência.

2.7. O baixíssimo efetivo de servidores na ANTT também se mostra como justificativa, sobretudo no âmbito da SUROD, pois dada todas as suas competências, conta com apenas 32 servidores aproximadamente em todas as gerências desta Superintendência.

2.8. Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições institucionais de assessoramento técnico da SUROD, da GEGEF, GEFIR e GERER, devendo tais serviços serem prestados de maneira continuada, haja vista sua perene

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

necessidade e os relevantes impactos possíveis para a ANTT, em decorrência de sua eventual indisponibilidade.

2.9. Os serviços demandados deverão se traduzir, por exemplo, na realização das seguintes atividades:

2.10. Atividades subsidiárias na elaboração, revisão e acompanhamento de indicadores de desempenho da SUROD e suas gerências;

2.11. Atividades subsidiárias na elaboração e acompanhamento dos projetos previstos no âmbito da SUROD presentes na agenda regulatória da ANTT;

2.12. Atividades subsidiárias na prospecção de informações e elaboração de respostas e questionamentos da ouvidoria, Diretoria, Ministério Público, Justiça, Ministério supervisor e órgãos de controle externo e interno em que a SUROD está jurisdicionada;

2.13. Atividades subsidiárias para a instrução e acompanhamento dos Processos Administrativos Simplificados em andamento no âmbito da SUROD;

2.14. Atividades subsidiárias para análise na prestação de contas de recursos destinados à desapropriação no âmbito dos contratos de concessão, de recursos destinados ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal – PRF e de recursos destinados à educação e segurando no trânsito, nos termos previstos nos contratos de concessão.

2.15. Atividades subsidiárias na gestão de contratos de concessão rodoviárias, inclusive sob o aspecto econômico financeiro;

2.16. Atividades subsidiárias nas atividades de fiscalização econômica financeira do contrato de concessão (financiamentos, emissão de títulos imobiliários, emissão de títulos mobiliários, dentre outros);

2.17. Atividades subsidiárias na análise da aplicação dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT.

2.18. As rodovias concedidas sob a responsabilidade da ANTT estão ou serão devidamente caracterizadas nos respectivos Editais de Licitação, especialmente em seus Contratos e Programas de Exploração das Rodovias – PER, que contêm, dentre vários aspectos, as diretrizes das atividades no trecho concedido e os Parâmetros de Desempenho exigidos. Tais documentos se encontram disponibilizados no site da Agência (http://www.antt.gov.br/rodovias/Concessoes_Rodoviaras/Index.html#boxInfo).

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

2.19. Os serviços descritos neste Termo de Referência e que constituirão objeto de futura contratação deverão, para todos os efeitos, ser prestados em conformidade com as disposições expressas no edital e seus anexos, o qual regerá a respectiva licitação pública.

2.20. A justificativa e objetivo da contratação também está pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO –

3.1. A solução proposta está descrita nos Estudos Preliminares, e consiste na contratação de apoio técnico especializado em engenharia consultiva, para atuação subsidiária aos servidores da ANTT, lotados na assessoria técnica da SUROD e as demais gerências GEFIR, GERER e GEGER.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, continuado e com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. Os serviços objeto desta contratação consistem em serviços assessoriais, consistindo de atividades auxiliares aos servidores lotados na assessoria técnica da SUROD e as demais gerências GEFIR, GEGER e GERER.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.2. **Contratação da prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da SUROD.**

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 5.3. Os requisitos necessários para o atendimento da contratação estão descritos neste Termo de Referência;
- 5.4. Nos termos do artigo 57, II da Lei 8666/93, trata-se de serviço continuado.
- 5.5. As práticas de sustentabilidade ambiental estão descritas neste Termo de Referência;
- 5.6. A duração do contrato ocorrerá por 12 meses, autorizada a prorrogação por até 60 meses;
- 5.7. Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito neste Termo de Referência;
- 5.8. O Regime de Execução é Empreitada por Preço Unitário.
- 5.9. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.10. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.
- 5.11. O enquadramento das categorias profissionais a serem empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), visto que há disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, consta do Anexo V a este Termo de Referência.
- 5.12. Ao longo da contratação poderão ocorrer deslocamentos para vistorias “in loco”, cujas solicitações ocorrerão mediante demanda solicitada pela ANTT, cuja estimativa para fins de orçamento, que traz o detalhamento dos valores para tanto alocados, alcançou o seguinte quantitativo:
- Deslocamentos terrestres – 2 unidades
 - Deslocamentos aéreos -36 unidades
 - Diárias – 72 unidades

6. VISTORIA.

6.1. Face a especificidade do objeto, não haverá necessidade de vistoria, todavia caso a licitante tenha interesse em realizá-la, deverá solicitar o seu agendamento, por meio dos telefones 3410-1771 e 3410-1711 ou via correio eletrônico a ser enviado ao endereço surodgerenciadora@antt.gov.br.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. As Atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de apoio técnico, prestados junto aos servidores da ANTT, conforme já descrito

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

neste Termo de Referência, deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.

7.2. Dessa maneira, a Contratada receberá por meio da fiscalização a distribuição dos trabalhos que deverá executar, ao longo do período, devendo executá-las seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, materializando suas atividades por meio de relatórios técnicos que integrarão, dentre outras informações, os relatórios mensais e trimestrais, que serão entregues para efeito de medição e pagamento.

7.3. Os relatórios mensais ou trimestrais deverão conter registro de todos trabalhos executados pela equipe alocada no período, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela SUROD e respectivas gerências.

7.4. Em cada relatório mensal ou trimestral, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas no período, considerando: a entrada, situação da análise e finalização, sendo esta etapa vinculadas ao aceite pelo servidor que acompanhou o resultado de cada um dos estudos demandados.

7.5. Também nos relatório mensais ou trimestrais deverá ser informado o percentual de atendimento e o eventual desvio de produtividade, para que a fiscalização possa avaliar a aferição da nota mensal da eficiência da Contratada, considerando o disposto no Anexo III– Instrumento de Medição do Resultado – IMR.

7.6. Os relatórios técnicos (de análise, de estudos ou de pesquisas), bem como as demais atividades desempenhadas pela equipe mobilizada, constituem o registro das atividades desenvolvidas pela equipe mobilizada e deverão integrar o relatório mensal ou trimestral de atividades.

7.7. As atividades se darão em atendimento às demandas da assessoria técnica da SUROD, GEFIR, GEGER e GERER e serão distribuídas conforme definido pela fiscalização, com indicação de prazo de atendimento quando couber.

7.8. Todos os documentos produzidos na realização dos serviços contratados e todas as correspondências relativas aos serviços deverão ser entregues oficialmente à ANTT, em conformidade com o cronograma físico financeiro.

7.9. Os documentos, sejam quais forem, deverão ser entregues à ANTT, por meio de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações SEI/ANTT.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

7.10. Todos os documentos produzidos no âmbito do contrato, bem como correspondências serão entregues, obrigatoriamente por meio do SEI pela Contratada ao Fiscal do Contrato a ser designado pela ANTT.

7.11. Para o atendimento do disposto nos itens 7.7 e 7.8, tão logo assine o contrato, a contratada deverá providenciar o seu credenciamento e acesso ao SEI/ANTT.

7.12. Para que haja a maior competitividade na presente contratação, **SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO** (nos termos do art. 33 da Lei 8.666/93). No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual será considerada pelo CONTRATANTE a responsável pela execução dos serviços contratados. Cada empresa integrante do consórcio deverá apresentar habilitação técnica suficiente para execução de pelo menos um dos grupos de serviços a serem contratadas.

7.13. A empresa estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e a Resolução 1.050, de 13/12/2013, que revoga o § 2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025 – CONFEA.

7.14. Não será permitida a participação de empresa estrangeira que não possua o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.15. Na presente contratação não se aplicará a “Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006)”, uma vez que o valor estimado é superior ao limite anual de faturamento para sociedades com tais regimes, além do que, face a natureza dos serviços, iminentemente intelectuais, não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação das mesmas.

8. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, SUA COORDENAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA.

8.1. Diretrizes Gerais

8.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência **contemplam o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência legal da assessoria técnica da SUROD e das gerências GEFIR, GEGEF e GERER**, devendo observar no mínimo:

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8.2..1. A verificação quanto ao atendimento às normas e padrões técnicos correspondentes, identificando inclusive as que não forem eventualmente atendidas;

8.2..2. A verificação quanto ao atendimento às diretrizes e definições estabelecidas nos Contratos de Concessão e Programas de Exploração de Rodovia - PER e com a regulamentação da ANTT;

8.2..3. Outro aspecto deve ser destacado sobre a natureza das atividades objeto do presente termo de referência. As atividades propostas se referem às atividades técnicas de regulação, gestão e fiscalização de contratos de concessão de rodovias realizada na SUROD. A natureza dessas atividades apresenta um entrelaçamento característico entre os conceitos técnicos da ciência da engenharia rodoviária e os princípios jurídicos e econômico-financeiros relacionados aos contratos de concessão.

8.2..4. Em linhas gerais, as atividades realizadas pelas Gerências temáticas da SUROD (GEFIR, GEGEF e GERER) decorrem de tarefas necessárias para a gestão dos contratos de concessão e da necessária regulação desses contratos por meio da aplicação dos normativos vigentes na área rodoviária da ANTT, sendo que ambos estão lastreados de robustos conceitos técnicos inerentes à engenharia rodoviária apoiados subsidiariamente aos princípio jurídicos relacionados aos regramentos jurídicos de contratos administrativos na figura de uma concessão bem como à necessária relação econômico- financeira de um projeto deste porte.

8.2..5. Nessa esteira, considerando que as atividades apresentam maior predominância e proximidade dos conceitos e definições relacionadas à Engenharia rodoviária, apoiados subsidiariamente aos princípios jurídicos e econômico-financeiro relacionados aos regramentos de contratos administrativos, entendemos que todos as atividades propostas devam ser classificadas na esfera de engenharia consultiva.

8.3. Diretrizes a serem seguidas no desenvolvimento das atividades contratadas;

8.3..1. As análises deverão ser realizadas segundo as diretrizes e procedimentos definidos pelos normativos da SUROD/ANTT, que impactem nas atividades decorrentes do objetos do presente termo de referência, ou outros que vierem sucedê-los, que envolvem entre outras, a Resolução ANTT nº 1.187 de 2005, Resolução ANTT nº 4.071 de 2013, Resolução ANTT nº 5.083 de 2016, Portaria SUROD nº 068/2019, demais portarias que trazem diretrizes as atividades das respectivas gerências, bem como os Manuais de fiscalização vigentes.

8.3..2. Deverá ser emitido relatório técnico para cada atividade executada nos termos de modelo especificado pela ANTT, considerando a especificidade da respectiva tarefa demandada para cada uma das atividades, considerando que para a aferição da produtividade, as tarefas previstas no

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

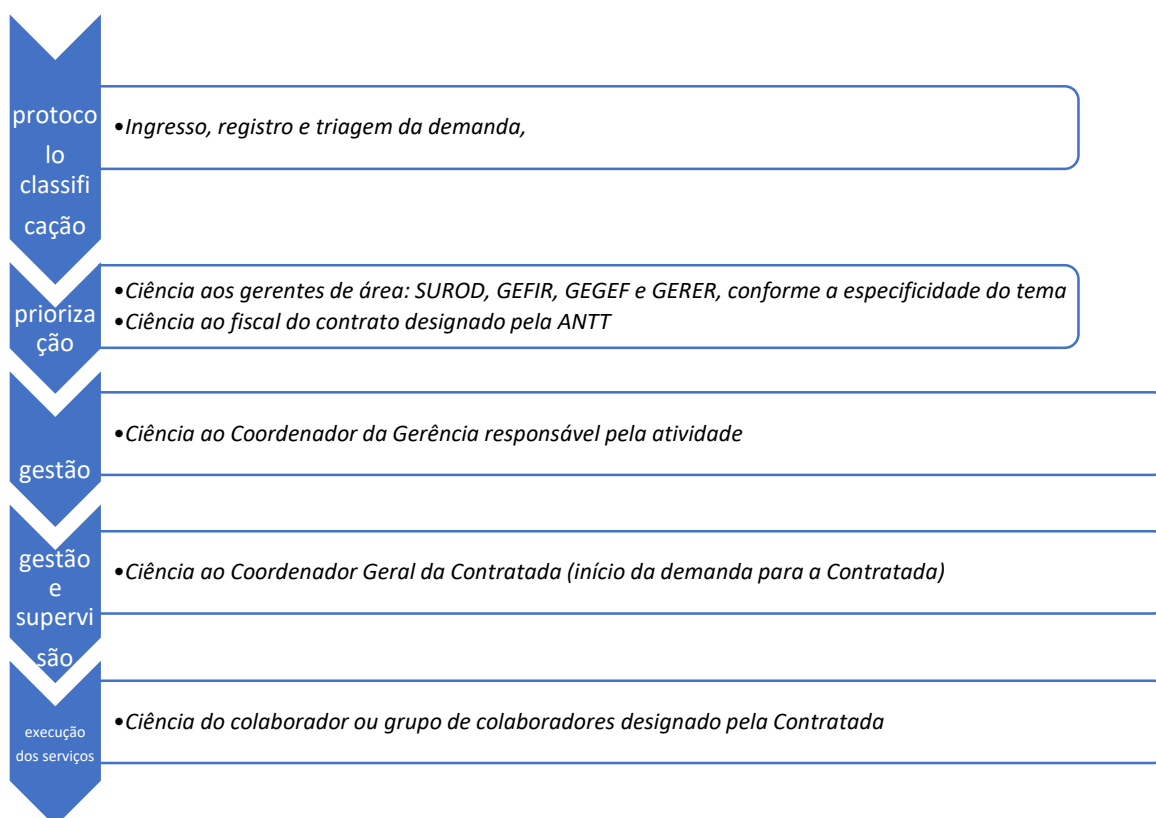
Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado, deste Termo de referência, deverão, salvo situações excepcionais, deverão ser executados nos prazos ali estabelecidos.

8.3..3. O referido modelo de relatório técnico será apresentado junto à Ordem de Serviços.

8.3..4. A Contratada deverá manter alocada integralmente a equipe técnica mobilizada relacionada neste Termo de Referência de forma que as atividades a serem produzidas contenham todos os elementos e análises aqui descritos e especialmente de forma a atender os prazos de análises planejados/demandados pela ANTT.

8.3..5. Os relatórios mensais ou trimestrais apresentarão o desenvolvimento de serviços que compõem as demandas por apoio técnico, materializando, de forma consolidada as atividades desenvolvidas no período, de modo que não haja perdas ou atrasos que impactem negativamente a gestão dos contratos de concessão, devendo a Contratada, zelar constantemente pela eficiência dos processos, pela produtividade.

8.3..6. O fluxo de trabalho esperado é o seguinte:



8.3..7. Como condição para a emissão da Ordem de Serviços inicial do Contrato, que também será a Ordem de Serviços para a mobilização da equipe técnica relacionada neste Termo de

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Referência, a Contratada deverá apresentar, pelo menos, o requerimento da **Anotação de Responsabilidade Técnica emitida** pelo CREA e quando a apresentação dos relatórios mensais ou trimestrais relativos à primeira medição, deverá apresentar o ART devidamente registrado.

8.3..8. Vale observar que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções de Coordenador Geral que foi objeto da habilitação no processo licitatório.

8.3..9. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais objeto da habilitação técnica, deverá ser observado o disposto no artigo 30, § 10º da Lei 8666/93.

8.3..10. Eventualmente, conforme a necessidade da análise e complexidade envolvida, mediante demanda solicitada pela ANTT, será necessária deslocamento do profissional para algum local do território nacional em vistas de atender o escopo do presente termo de referência.

8.4. **Descrição das atividades**

8.5. **ATIVIDADE - 01 APOIO TÉCNICO NO ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES**

8.5..1. A atividade consiste na execução das seguintes tarefas: apoio técnico na revisão dos indicadores de desempenho da Superintendência e Institucionais pertinentes à SUROD; apoio técnico na análise e acompanhamento dos indicadores de cada gerência; apoio Técnico na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores e acompanhamento dos prazos de entrega e divulgação das informações relacionadas aos indicadores.

8.5..2. Tal atividade se faz necessária em função da necessidade da elaboração e acompanhamento de indicadores estratégicos da SUROD, como o nível de atendimento dos indicadores do Plano Anual de Fiscalização, bem como demais indicadores relacionados ao nível de execução contratual dos contratos de concessão de rodovias federais.

8.5..3. A atividade que será desenvolvida deve compreender no mínimo as seguintes tarefas: Apoio técnico na revisão dos indicadores de desempenho da Superintendência e Institucionais pertinentes à SUROD; Apoio técnico na análise e acompanhamento dos indicadores de cada gerência; apoio Técnico na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores e Acompanhamento dos prazos de entrega e divulgação das informações dos indicadores.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8.5..4. Para realização da referida atividade se faz necessário a utilização de mão de obra de um profissional com característica pleno em engenharia civil (P2), de profissional de nível superior com formação em qualquer área (Supervisor Administrativo - P1), sendo desejável especialização na área de administração, bem como apoio de técnico Sênior (T1) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade.

8.5..5. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos à ATIVIDADE 1, no mínimo abrangerão: Consolidação das informações de cada um dos indicadores citados no respectivo relatório técnico, com informações suficientes que demonstrem a evolução de cada indicador e quando couber, a fórmula de obtenção do indicador e o nível de atendimento da meta estipulada.

8.6. ATIVIDADE 2 - APOIO TÉCNICO NA DEFINIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA AGENDA REGULATÓRIA - SUROD

8.6..1. A atividade consiste no apoio técnico na elaboração/proposição de temas e acompanhamento dos projetos contidos no eixo temático da Agenda Regulatória referente à Exploração da Infraestrutura Rodoviária.

8.6..2. Tal atividade se faz necessário em função da necessidade de apoio técnico para acompanhar o andamento dos projetos da SUROD inseridos na Agenda Regulatória da ANTT, em especial quanto ao eixo temático relacionado à SUROD. Como exemplo, temos as atualizações da Resolução 1.187/2005 da ANTT, relacionado essencialmente à aspectos de engenharia aplicados ao contrato de concessão.

8.6..3. A atividade que será desenvolvida deve compreender no mínimo as seguintes tarefas: apoio técnico na proposição/elaboração de temas de projetos para o eixo temático da SUROD na Agenda Regulatória da ANTT; apoio Técnico no acompanhamento dos projetos do eixo temático a SUROD vigentes na Agenda Regulatória da ANTT; apoio técnico na publicação das atualizações da Agenda Regulatória no portal da ANTT, em conformidade com o Manual da Agenda Regulatória e acompanhamento do cronograma de execução da Agenda Regulatória inerente à SUROD.

8.6..4. Para realização da referida atividade se faz necessário a utilização de mão de obra de um profissional com característica pleno em engenharia civil (P2), de profissional de nível superior com formação em qualquer área (Supervisor Administrativo – P1), sendo desejável especialização

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

na área de administração, bem como apoio de técnico Sênior (T1) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade.

8.6..5. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 2, no mínimo, abrangerão: Consolidação das informações de cada projeto previsto no eixo temático da Agenda Regulatória da ANTT sob gestão das gerências da SUROD, descrevendo no mínimo, para cada projeto, o total de etapas previstas, quais etapas foram executadas efetivamente, etapas pendentes de execução, status do projeto em relação ao cronograma aprovado e motivos do não atendimento do cronograma.

8.7. ATIVIDADE 3 – APOIO TÉCNICO NAS RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS DE OUVIDORIA, DA DIRETORIA, ÓRGÃOS E CONTROLE EXTERNOS E INTERNOS

8.7..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para prospecção de informações, elaboração e consolidação de respostas as demandas e questionamentos dos órgãos internos e externos demandantes de informações sob gestão da SUROD.

8.7..2. O apoio técnico nesta atividade se faz necessário em função da SUROD ser um órgão severamente demandado por informações inerente a sua competência de gestão e fiscalização dos contratos de concessão de rodovias.

8.7..3. Tais informações se revestem de elevado grau de complexidade, sendo necessário amplo conhecimento de conceitos de engenharia e dos contratos de concessão de rodovias em vigência por parte do profissional que prestará apoio nas respostas, de forma ser necessário a contratação de profissional de engenharia civil com características de profissional pleno (P2), de profissional da área jurídica sênior (P1), bem como de Assistente Administrativo (P3) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, bem como pesquisa sob supervisão para elaboração das respostas aos órgãos de controle.

8.7..4. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: Apoio no registro de entrada e saída de documentos, na análise de minutas, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos; suporte Técnico nas respostas às demandas da ouvidoria, diretoria, CGU/TCU/Auditoria Interna, ASPAR, ASCOM, SIC, etc; suporte técnico na solicitação e análise de informações às concessionárias e/ou Unidades Regionais quando necessário para responder questionamentos de órgãos de controle externo e interno; apoio técnico

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas; fornecimento de dados estatísticos referente aos registros de reclamações (concessionárias e ANTT); suporte técnico para análise dos boletins mensais e folhetos distribuídos contratualmente exigíveis pelas concessionárias; suporte técnico para análise dos boletins mensais e folhetos distribuídos contratualmente exigíveis pelas concessionárias; suporte técnico para consolidação e atualização das informações relativas aos contratos de concessões das rodovias federais;

8.7..5. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 3, no mínimo, abrangerão: Lista com as demandas de solicitação de informação respondidas no âmbito da SUROD e suas gerências, indicando o órgão interno ou externo solicitante de cada demanda, incluindo em anexo cópia do documento resultante da resposta elaborada pelas áreas técnicas competente (email, despacho, nota técnica, dentre outros). Para as tarefas que serão consideradas para efeito de medição pelo IMR, deverá conter detalhadamente os tarefas realizadas, informando o prazo esperado e o prazo efetivo para a elaboração de cada tarefa.

8.8. ATIVIDADE 4 - APOIO TÉCNICO NA INSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAS

8.8..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD na análise das defesas e recursos interpostos pelas Concessionárias no âmbito dos processos sancionatórios gerados durante a gestão e fiscalização dos contratos de concessão, bem como do suporte nas atividades gerenciais decorrentes da gestão dos Processos Administrativos Simplificados.

8.8..2. Tal atividade se faz necessário em função da competência prevista nos contratos de concessão para autuação e análise dos processos sancionatórios dos contratos de concessão de rodovias concedidas, nos termos previstos em cada contrato e na Resolução ANTT nº 5083/2016 e Resolução ANTT nº 4071/2013.

8.8..3. Essencialmente, a análise das defesas e multas exigem conhecimento das cláusulas contratuais relacionadas à execução das obras e serviços previstos nos contratos de concessão, considerando os parâmetros técnicos de desempenho previstos no PER, sendo necessário a contratação de profissional de engenharia civil com características de profissional pleno (P2), de profissional da área jurídica (P4), bem como Assistente Administrativo (P3) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, sigilos, dentre outros.

8.8..4. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico nas análises das defesas e recursos interpostos pelas Concessionárias – PAS; apoio na realização do registro das informações no software específico para controle de PAS; suporte Técnico na análise dos argumentos apresentados pelas concessionárias na defesa e recurso decorrentes do/as autos/notificações de infração emitidos, com levantamento de dados/informações necessárias; Suporte no controle de prazos de envio e recebimento de documentação correspondente; suporte técnico na elaboração de Minutas de Decisão; suporte técnico na elaboração de Relatórios Gerenciais; Suporte técnico na avaliação do andamento dos processos com apontamento das dificuldades encontradas no regular trâmite dos processos.

8.8..5. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 4, no mínimo, abrangerão:** Consolidação de todos os processos administrativos simplificados analisados no mês referência, informando o prazo previsto para a análise e o efetivamente realizado pelo profissional, contendo em anexo cópia de todos os produtos decorrentes das análises realizadas no período.

8.9. ATIVIDADE 5 - APOIO TÉCNICO NO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS

8.9..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD no acompanhamento e fiscalização de contratos e convênios celebrados pela ANTT no âmbito da SUROD, tendo como objetivo trazer subsídios técnicos especializados na área de engenharia rodoviária, geotecnia, dentre outros, que permitam a resolução de litígios contratuais nos contratos de concessão.

8.9..2. Os referidos acordos têm como objeto análises relacionadas à ciência da engenharia, de forma que é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para o planejamento, elaboração e acompanhamento dos referidos acordos tenham o apoio de profissional de engenharia civil pleno (P2) e Assistente Administrativo (P3) para as atividades de menor complexidade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, dentre outros.

8.9..3. Como exemplo, atualmente temos em vigência contrato com empresa especializada em engenharia para verificar os efeitos decorrentes de incidente geotécnico que ocorreu na BR-040

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

concedido à Concer. Além disso, para o desenvolvimento das tarefas técnicas e administrativas de menor complexidade, faz-se necessário o apoio de Técnico Sênior.

8.9..4. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: apoio técnico na verificação do atendimento as premissas dos editais, entrega de produtos, prazos contratuais e execução dos serviços dos contratos/convênios em andamento nesta SUROD; apoio técnico na elaboração de resposta a questionamentos e pleitos de aditivos dos convênios, empresas e consórcios com contrato em andamento nesta SUROD.

8.9..5. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a ATIVIDADE 5, no mínimo, abrangerão:** consolidação das análises realizadas e documentos relacionados ao apoio técnico da fiscalização e acompanhamento dos contratos e convênios vigentes no âmbito da SUROD, descrevendo as ações por cada contrato celebrado, encaminhando em anexo cópia dos documentos gerados em função do apoio técnico da presente atividade.

8.10. ATIVIDADE 6 - APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.10..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD nas tarefas relacionadas à análise e consolidação de verbas previstas nos contratos de concessão para desapropriação e desocupações de imóveis de terceiros, aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal – PRF, segurança no trânsito, dentre outros.

8.10..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia rodoviária e organização gerencial acerca das diversas demandas analisadas ao longo do ano, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas ao processo de análise de prestação de contas sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2) com o apoio de profissional de Administração com características auxiliar (P4), sendo necessário ainda o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade e do apoio de Técnico Pleno (T2) para a execução de tarefas técnico-administrativas de menor complexidade.

8.10..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico na análise e consolidação da prestação de contas dos recursos destinados a desapropriações e desocupações em rodovias federais concedidas; suporte técnico na análise e consolidação da prestação de contas das verbas destinadas à segurança no trânsito, destinada ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

nos contratos de concessão das rodovias federais; apoiar na análise e consolidar a prestação de contas das verbas destinadas ao aparelhamento da PRF constantes nos contratos de concessão das rodovias federais.

8.10.4. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 6, no mínimo, abrangerão: Consolidação de todas as análises de prestação de contas realizadas no período, para cada uma dos tipos de verbas analisadas, listando as prestações de contas executadas por concessionária e os respectivos produtos gerados, com respectivas cópias em anexo.

8.11. ATIVIDADE 7 – APOIO TÉCNICO NA GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

8.11.1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de tarefas relacionadas à gestão de investimentos no âmbito dos contratos de concessão de rodovias, incluindo os atos necessários para consolidação dos procedimentos de revisão da tarifa básica de pedágio.

8.11.2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico amplo na área de engenharia rodoviária, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as análises relacionadas à gestão de contratos de concessões rodoviárias sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características no mínimo pleno (P2).

8.11.3. Além, disso, por se tratar da atividade de maior volume de trabalho no âmbito da SUROD, faz necessário amplitude duas camadas para o apoio técnico de atividades de nível médio, sendo necessário o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade, e do apoio de Técnico Pleno (T2) para a execução de tarefas técnico-administrativas de menor complexidade.

8.11.4. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico na gestão e controle dos contratos de concessão das rodovias federais, no que diz respeito à inserção e exclusão de investimentos; suporte técnico na análise de pleitos de inclusão de obras e serviços nos contratos de concessão de rodovias federais; suporte técnico na análise de processos de revisão de tarifa, no que diz respeito aos investimentos e custos operacionais das concessões; suporte técnico na revisão do texto dos Programas de Exploração de Rodovias federais concedidas, decorrentes de alterações aprovados pela DIRETORIA da ANTT nos processos de

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

revisão de tarifa; suporte técnico na análise e aprovação de planejamentos anuais e suas atualizações/revisões; suporte técnico no acompanhamento dos processos de autorização de início de obras previstas nos contratos de concessão; suporte técnico na elaboração de minutas de documentos de assuntos referentes à gestão de contratos de concessão; apoio no registro do fluxo de documentos, bem como acompanhamento de prazos para resposta dos mesmos; Suporte técnico para as Atividades de planejamento e controle.; suporte técnico na elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento das obras e serviços; suporte Técnico na análise e simulações referente a investimentos e custos operacionais das concessões; suporte Técnico em análise e auditoria referente a perda de receitas; suporte Técnico em análise de estudos de tráfego; suporte técnico na elaboração de minutas de documentos relacionados à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; suporte Técnico no acompanhamos dos atos necessários para acompanhamento do TAC.

8.11..5. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 7, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises e documentos produzidos no âmbito da gestão de investimentos e econômico financeira dos contratos de concessão de rodovias, listando as principais tarefas realizadas por concessionária, incluindo cópias dos principais documentos em anexo.

8.12. ATIVIDADE 8 – APOIO TÉCNICO NA REVISÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

8.12..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de tarefas relacionadas a atualização do Planual Anual de Fiscalização aprovado anualmente pela SUROD, bem como das tarefas relacionadas ao acompanhamento da execução física pela fiscalização.

8.12..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para gestão e acompanhamento do plano anual de fiscalização sejam realizados por profissionais de engenharia civil pleno (P2) por se tratar de atividade integralmente afeita à engenharia rodoviária, bem como técnico Pleno (T2) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade.

8.12..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: apoio administrativo e técnico para consolidação dos dados do Plano Anual de Fiscalização ; suporte técnico na análise para verificação da necessidade de alteração das quantidades de fiscalizações e

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

das respectivas frequências de fiscalização; suporte técnico para consolidação e tratamento das contribuições realizadas pelas Unidades Regionais; acompanhamento da execução física executada pela fiscalização das COINF.

8.12..4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 8, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das análises realizadas no acompanhamento da execução física do plano anual de fiscalização, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.13. ATIVIDADE 9 – APOIO TÉCNICO NA REVISÃO DOS MANUAIS E PROCEDIMENTOS

8.13..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de tarefas relacionadas a atualização e aperfeiçoamento do Manual de Fiscalização de Rodovias Concedidas, bem como orientação geral à fiscalização da ANTT quanto a aplicação das diretrizes da fiscalização.

8.13..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para a presente atividade sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2), bem como técnico Pleno (T2) para o desenvolvimento de tarefas qualificadas de menor complexidade no âmbito da presente atividade.

8.13..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico para avaliação da necessidade de complementação / alteração do manual em relação aos prazos, aos procedimentos e às ações neles definidos; suporte técnico na realização de Reuniões Participativas e de Audiências Públicas; suporte técnico no detalhamento das propostas de alteração de PER e de Resoluções; Suporte técnico na transferência de informações a todos os envolvidos no processo de revisão do manual; Suporte técnico na elaboração de normativos necessários para disciplinar o processo de acompanhamento de obras e serviços.

8.13..4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 9, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das análises realizadas nas tarefas de atualização e aperfeiçoamento do manual e demais tarefas produzidas na gestão das atividades de aplicação do manual, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8.14. ATIVIDADE 10 – APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE E INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE RECEBIMENTOS DE OBRAS

8.14..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de tarefas relacionadas ao processo de recebimento provisório e definitivo de obras executadas pelas concessionárias de rodovias federais sob gestão da SUROD.

8.14..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para a análise relacionada ao processo de recebimento de obras sejam realizados por profissional de engenharia civil com características pleno (P2), e com o apoio de Assistente Administrativo (P3) para execução de tarefas técnico - administrativas qualificadas e de menor complexidade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, dentre outros.

8.14..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico para análise de relatórios de inspeção das obras finalizadas, realizados pelas COINF; suporte técnico para análise da documentação, referente ao recebimento das obras finalizadas; suporte técnico na revisão de procedimentos e da documentação de recebimento de obras dentro da SUROD.

8.14..4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 10, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das análises realizadas para o recebimento das obras listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.15. ATIVIDADE 11 – APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS REFERENTES À OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RODOVIA

8.15..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de análise e consolidação dos dados encaminhados pelos Sistemas Gerenciais das Concessionárias e equipamentos de operação instalados nas rodovias, bem como registro dos dados enviados pelas COINF a respeito da fiscalização dos parâmetros de qualidade da rodovia.

8.15..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

e acessórios relacionado ao processo de análise e consolidação dos dados referentes à operação, manutenção e conservação sejam realizados por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2), e com o apoio de Assistente Administrativo (P3) para execução de tarefas técnico - administrativas qualificadas e de menor complexidade, em especial quanto ao controle e organização das demandas apresentadas, atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na gestão dos processos, assessoramento e no planejamento e controle administrativo dos trâmites processuais, prazos, dentre outros.

8.15.3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos equipamentos (controle de velocidade, sensoriamento de pista, etc) das concessionárias; suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos sistemas gerenciais das concessionárias; suporte Técnico na padronização e registro dos dados de TRO e AI emitidos na fiscalização da manutenção e conservação da rodovia; suporte técnico na padronização e análise dos dados provenientes dos sistemas em funcionamento no âmbito da ANTT.

8.15.4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a ATIVIDADE 11, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das informações dos dados e indicadores de operação, conservação e manutenção aferidos no período considerado, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.16. **ATIVIDADE 12 – APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE APÓLICES DE SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS**

8.16.1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de análises de apólices de seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil previstos nos contratos de concessão, bem como análise das garantias dispostas nos referidos contratos.

8.16.2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia civil, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para a análise das apólices de seguros e das garantias contratuais sejam realizados por profissionais de engenharia com características pleno (P2), sendo necessário ainda o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade e do apoio de Técnico Pleno (T2) para a execução de tarefas técnico-administrativas de menor complexidade.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8.16..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para análise de apólices, endossos e certificados de seguros e garantias contratuais; Acompanhamento dos prazos de entregas das documentações pelas concessionárias; suporte técnico na elaboração de minutas de questionamentos para as concessionárias; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvam gestão dos Seguros e garantias de Execução contratual; suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

8.16..4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a ATIVIDADE 12, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das análises das apólices de seguros e garantias contratuais, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.17. ATIVIDADE 13 – APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE RECEITA EXTRAORDINÁRIA AUFERIDA, REGULARIDADE FISCAL/TRIBUTÁRIA/CONTRATUAL E ECONÔMICA

8.17..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de análises de receitas extraordinárias auferidas pelas concessionárias durante a gestão dos contratos de concessão, análise da regularidade fiscal, tributária e econômica das concessionárias de rodovias.

8.17..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico na área econômica financeira e contábil, ou de engenheiro com conhecimento na área econômica financeira, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas à presente atividade sejam realizados por profissionais de economia (P1), contabilidade (P2) e engenharia civil (P2), sendo necessário ainda o apoio de técnico Sênior (T1) para a execução de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade e do apoio de Técnico Pleno (T2) para a execução de tarefas técnico-administrativas de menor complexidade.

8.17..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para análise de Receita Extraordinária auferida ; suporte Técnico para análise da Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica das concessionárias; Acompanhamento dos prazos de entregas das documentações pelas concessionárias; suporte técnico na elaboração de minutas de documentos relativos à Receita Extraordinária auferida e análise da Regularidade Fiscal / Tributária / Contratual de natureza financeira e econômica das concessionárias; Suporte Técnico na fiscalização in loco Econômico-

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Financeira das concessões; suporte Técnico no controle de pagamento da Verba de Fiscalização; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvam gestão das Atividades relacionadas às Receitas Extraordinárias auferidas e à Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica das concessionárias; suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

8.17..4. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 13, no mínimo, abrangerão: Consolidação das análises das receitas extraordinárias das concessionárias, da regularidade fiscal, tributária, contratual e econômica das concessionárias, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.18. ATIVIDADE 14 – APOIO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISES ECONÔMICAS FINANCEIRAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS

8.18..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a realização de análises econômicas financeiras estratégicas setoriais relacionadas aos contratos de concessões de rodovias vigentes.

8.18..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de conhecimento técnico na área econômica financeira e contábil, ou de engenheiro com conhecimento na área econômica financeira, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas a presente atividade sejam realizados por profissionais de economia (P1), contabilidade (P2) e engenharia civil com características pleno (P2), contando com o apoio de técnico sênior (T1) para desenvolvimento de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade.

8.18..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para a realização de Análises Financeiras Estratégicas Setoriais; suporte Técnico na elaboração de minutas de documentos relativos às Análises Econômico-Financeiras Estratégicas Setoriais; suporte Técnico na elaboração de minutas a serem submetidos à DIRETORIA; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas às análises financeiras estratégicas setoriais; suporte Técnico no registro de entrada e

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

8.18..4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 14, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das análises econômicas financeiras estratégicas, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.19. **ATIVIDADE 15 – APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DE FINANCIAMENTOS, EMISSÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS E AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS DE ADMINISTRADORAS DE MEIOS DE PAGAMENTOS PARA ARRECADAÇÃO ELETRÔNICA DE PEDÁGIO**

8.19..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD para a análise de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de administradoras de meios de pagamentos para arrecadação eletrônica de pedágio para as concessionárias de rodovias federais concedidas.

8.19..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área econômica financeira e contábil, ou de engenheiro com conhecimento na área econômica financeira, é essencial que os serviços instrumentais e acessórios para as tarefas relacionadas a presente atividade sejam realizados por profissionais de economia (P1), contabilidade (P2) e engenharia com características pleno (P2), contando com o apoio de técnico sênior (T1) para desenvolvimento de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade.

8.19..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico para a realização de Análises de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de Administradoras de Meios de Pagamento para Arrecadação Eletrônica de Pedágio (AMAPs); suporte Técnico na elaboração de minutas de documentos relativos às Análises de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de AMAPs; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas à análises de financiamentos, emissão de títulos mobiliários e autorizações prévias de AMAPs; suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

8.19..4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios trimestrais relativos a atividade 15, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das análises de financiamentos, emissão

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

de títulos mobiliários e autorizações prévias de administradoras de meios de pagamentos para arrecadação eletrônica de pedágio, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.20. ATIVIDADE 16– APOIO TÉCNICO PARA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - RDT

8.20..1. A atividade consiste no apoio técnico à SUROD seleção, acompanhamentos e análise dos projetos de aplicação de Recursos de desenvolvimento tecnológico – RDT em desenvolvimento e que serão desenvolvidos pelas concessionárias de rodovias federais concedidas.

8.20..2. Considerando que as tarefas relacionadas à presente atividade dependem de amplo conhecimento técnico na área de engenharia, já que em geral se tratam de projetos relacionados à inovação de técnicas de engenharia rodoviária e implementação de novas tecnologias na área, as tarefas devem ser realizadas por profissionais de engenharia civil com características pleno (P2), contando com o apoio de técnico sênior (T1) para desenvolvimento de tarefas técnico-administrativas de razoável complexidade.

8.20..3. As tarefas a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo: suporte Técnico na análise de Plano de Trabalho de RDT e suas alterações; suporte Técnico na análise de Relatórios parciais e finais de RDT; suporte Técnico na análise de prestação de contas anual de RDT; suporte técnico na elaboração de minutas de documentos relacionados à aplicação de RDT; manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das Atividades relacionadas à aplicação de RDT; apoio Técnico na fiscalização in loco dos projetos desenvolvidos com RDT; apoio Técnico na realização do workshop anual; Suporte Técnico no registro de entrada e saída de documentos, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos.

8.20..4. **Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a atividade 16, no mínimo, abrangerão:** Consolidação das análises realizadas na gestão de cada projeto de RDT em vigência, listando as tarefas executadas no período e os respectivos produtos gerados, com cópia em anexo.

8.21. DESPESAS EVENTUAIS A SEREM COMPORTADAS NO CONTRATO

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8.22. FORNECIMENTO DE DESLOCAMENTO E DIÁRIAS PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS (Por Demanda)

- 8.22..1. Tem por objetivo o **fornecimento dos meios de deslocamentos, aéreos e terrestre, em território nacional, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico exercidos pelos profissionais mobilizados nas atividades 5,6,7,10,11 e 16, que compõem** este Termo de Referência.
- 8.22..2. As atividades supracitadas podem necessitar em algum momento da realização de viagem do profissional contratado em território nacional para trazer maior efetividade nas análises demandadas.
- 8.22..3. As Unidades de despesa foram separadas nos formatos deslocamento terrestre e aéreo, bem como diárias, de forma que a cada acionamento, a Contratada deverá apresentar o total de despesas eventuais para as viagens a serviço.
- 8.22..4. Tais despesas, deverão ser objeto de solicitação da fiscalização, que aprovará previamente à sua realização, quando constatada a sua necessidade.

8.23. UD 1 – DESLOCAMENTO TERRESTRE

- 8.23..1. Para a apuração do valor médio da UD1 foram apropriada a locação de veículos incluindo combustível, considerando para a parte terrestre do deslocamento as localidades indicadas no orçamento referencial.
- 8.23..2. Os valores relativos aos pedágios, devem ser considerados como incluídos na cotação da média de valores de locação de veículos e combustível.
- 8.23..3. Para a média de combustível foi considerado o total de km ora concedidos, considerando valores atribuídos para as localidades, pela ANP.

8.24. UD 2 – DESLOCAMENTO AÉREO

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 8.24..1. Para a apuração do valor médio da UD3 foram cotados preços médios de passagens aéreas, considerando as localidades servidas por aeroportos, nos trechos concessionados.
- 8.24..2. A cidade de Goiânia não foi considerada para aferição da média em questão, visto que para tal trecho somente será admitido o deslocamento rodoviário.
- 8.24..3. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar, ao fiscal indicado, um orçamento detalhado envolvendo todos os custos diretos e indiretos para o deslocamento a ser exercido pelos profissionais mobilizados, que após avaliação dos custos envolvidos e contabilizadas as quantidades de UD2 s equivalentes, emitirá a devida autorização do deslocamento previamente.

8.25. UD 3 – Despesas em viagens

- 8.25..1. Tem por objetivo o fornecimento das diárias correspondentes às despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento local, realizadas em deslocamentos, nacionais, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico pelos profissionais mobilizados nas atividades 5,6,7,10,11, e 16, , que compõem este Termo de Referência.
- 8.25..2. Cada unidade será denominada UD3 (Unidade de Despesa - 3) e corresponde a uma unidade de diária composta pela média dos valores correspondentes aos tipos de diárias previstas.
- 8.25..3. Valores referentes à alimentação e deslocamento local não devem compor os valores referentes à UD3, visto que são cobertos pelos benefícios pagos aos profissionais alocados na equipe mobilizada.
- 8.25..4. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar uma programação das diárias a ser utilizadas pelo profissional mobilizado, à equipe técnica da ANTT irá avaliar os custos envolvidos e contabilizar a quantidade de UD3's equivalentes, autorizando assim a utilização das diárias previamente.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8.25..5. Os valores atribuídos para as diárias são referenciais e foram obtidos com referência nos valores dispostos no Decreto No. 6.907, de 21 de julho de 2009, tendo em vista nas convenções coletivas consultadas para as categorias profissionais constantes da equipe mobilizada não dispõem de tais informações.

8.25..6. Todas as despesas eventuais deverão ser acrescidas da Remuneração da Empresa e das Despesas Fiscais.

Assim:

Despesas = (Despesas x Remuneração da Empresa) x Despesas Fiscais

Exemplo:

Despesa= R\$ 100,00

Percentual de Remuneração da Empresa= 12%

Percentual de Despesas Fiscais= 14%

Despesa Total= (R\$ 100,00 + (R\$ 100,00 x 12%)) x 1+14%

Despesa Total= (R\$ 112,00) x 114%

Despesa Total= R\$ 127,68

8.26. FORMATO DOS RELATÓRIOS

8.26..1. Os Relatórios mensais deverão observar a norma culta da língua portuguesa e conter em sua estrutura básica, no mínimo, os tópicos a seguir:

- Capa e Contracapa
- Índice
- Caracterização do Apoio Técnico, contemplando a relação de profissionais alocados, por formação e nível de experiência, conforme definido no quadro da equipe técnica mobilizada.
- Documentos Administrativos
- Cronograma Físico-Financeiro
- Comentários

8.26..2. Além do conteúdo descrito no item 8.3, deverão ser anexados os relatórios técnicos produzidos no período, com um quadro resumo da identificação do Processo, descrição
Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

da atividade, concessionária, tipo de análise, informações, e quando couber, conforme modelo apresentado por ocasião da Ordem de Serviços.

8.27. COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.27..1. A coordenação geral da prestação dos serviços será exercida pelo Coordenador Geral, cujas atribuição será garantir a execução do contrato em conformidade com os aspectos legais e com todas as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo junto à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.

8.27..2. Compete ao Coordenador Geral elaborar os Relatórios Mensais e Trimestrais e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência.

8.27..3. O Coordenador Geral deverá ser o responsável pela realização de tratativas com os representantes da Administração e deverá estar lotado continuamente na sede da ANTT, durante a execução dos serviços.

8.27..4. A gestão junto às atividades técnicas especializadas (atividades 01-16), nas diversas categorias de serviços, será realizada pelo Coordenador Geral junto à cada Gerência da SUROD em que serão realizadas cada uma das atividades, cujas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas diariamente, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante à equipe alocada.

8.27..5. A equipe técnica alocada em cada gerência responderá hierarquicamente ao Coordenador Geral, que será demandado pela SUROD e Gerências competentes para elaboração das tarefas previstas em cada uma das atividades.

8.27..6. Segue abaixo quadro com a relação de cada gerência ou órgão com as respectivas atividades relacionadas a cada uma delas:

	Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
òrgão																	
Apoio Técnico da SUROD				x	x	x											
GEFIR		x		x	x		x	x	x	x	x	x					
GEGEF				x				x					x	x	x	x	
GERER		x	x	x													x

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8.28. **EQUIPE TÉCNICA MOBILIZADA**

8.28..1. A composição da equipe mobilizada foi estimada com base em dados históricos de demandas, em função das práticas atuais dos processos e dos fluxos de informações em operação na ANTT.

8.28..2. Entretanto, é de responsabilidade da contratada, para atender as demandas expressas para cada uma das atividades, buscar profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento às expectativas dispostas neste Termo de Referência e seus anexos.

8.28..3. Em até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, deverá ser emitida a ordem para o início da prestação dos serviços contratados.

8.28..4. Caso se atinja o prazo referido, sem a comunicação formal da fiscalização, a Contratada, deverá dar início a prestação de serviços.

8.28..5. Uma vez iniciada a prestação de serviços, em até 05 (cinco) dias a Contratada deverá estar com a equipe integralmente mobilizada.

8.28..6. O horário de trabalho da equipe técnica mobilizada deverá obedecer ao horário de funcionamento da ANTT.

8.28..6.1. A Contratada deverá zelar para que seus colaboradores observem a carga horária autorizada, de 40 horas semanais¹, de forma a que não extrapolem tal jornada.

8.28..6.2. Nos termos do disposto no item d.1.3. do anexo V da IN 05/2017, nessa contratação será admitida a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

8.28..7. Tratando-se da equipe mobilizada, eventuais autorizações para realizações de trabalho fora da sede da ANTT, deverão ser objeto de autorização excepcional, devendo a Contratada registrar tal solicitação com a devida antecedência, cabendo a fiscalização a avaliação da sua conveniência.

¹ Clausula 6ª – Normas Gerais – CCT SENGE – SINAENCO DF000687/2019

8.28..8. Vale observar que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções objeto de habilitação no processo licitatório.

8.28..9. A contratada deverá ter, ao longo de toda a vigência contratual, condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a prestação dos serviços, em conformidade com as exigências constantes deste Termo de Referência, sempre em tempo hábil e em todos os níveis exigidos.

8.28..10. Neste sentido, caberá o cumprimento de, no mínimo, os seguintes quesitos referentes à qualificação dos profissionais da equipe técnica mobilizada, durante toda a vigência do contrato:

8.29. PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS A COORDENAÇÃO GERAL:

8.29..1. **Para a função de Coordenação Geral (P0) - Experiência Profissional \geq 10 anos** - 01 Engenheiro Civil Sênior- Profissional com experiência mínima comprovada de 10 anos no planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, envolvendo Coordenação de Equipes de Gerenciamento, Projetos ou Supervisão.

8.29..2. Pela natureza das atividades desenvolvidas no âmbito da SUROD, GEFIR, GEGER e GERER, os profissionais alocados nos postos de trabalho de cada gerência realizam simultânea e sucessivamente todas as tarefas previstas para as atividades inerentes à cada órgão. Dessa forma, não há como alocar especificamente um quantitativo de profissional fixo para cada uma das atividades.

8.29..3. Dessa forma, serão necessários o quantitativo de 45 profissionais com as mais diversas formações e tempo de experiência para realizar todas as atividades previstas nas tarefas (1-16) presentes na contratação em tela.

8.29..4. A justificativa do quantitativo de 45 postos de trabalho necessários para a execução das atividades previstas no presente termo de referência, está disposta no Anexo I deste Termo de Referência.

8.29..5. O tipo de profissionais utilizados para cada tipo de Atividade deste termo de referência está justificado e elencado nos item 8.5 a 8.21 do presente documento.

8.29..6. A seguir elencamos a característica exigida para a contratação de cada tipo de profissional previsto no quadro acima representando a composição da equipe técnica que deverá estar disponível na sede da ANTT para execução das atividades elencadas neste Termo.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 8.29..6.1. **(22) Profissionais de nível superior pleno (P2), (engenheiro civil) ≥ 5 anos de experiência profissional comprovada;**
- 8.29..6.2. **(2) Profissional de nível superior sênior (P1), (economista) ≥ 8 anos de experiência profissional comprovada;**
- 8.29..6.3. **(1) Profissional de nível superior sênior (P1), (formação em qualquer área), (supervisor administrativo) ≥ 8 anos de experiência profissional comprovada, sendo desejável especialização em quaisquer área de administração em qualquer momento da carreira.**
- 8.29..6.4. **(1) Profissional de nível superior pleno (P2), (contador) ≥ 5 anos de experiência profissional comprovada;**
- 8.29..6.5. **(1) Profissionais de nível superior sênior (P1), (advogado) ≥ 8 anos de experiência profissional comprovada ;**
- 8.29..6.6. **(2) Profissionais de nível superior auxiliar (P4) (advogado e Administrador) com formação em nível superior em suas respectivas áreas;**
- 8.29..6.7. **(5) Profissionais de nível Superior Júnior (P3) (Assistente Administrativo) \geq formação em nível superior em quaisquer área de formação e experiência profissional maior ou igual a dois anos, não sendo necessariamente em atividades de nível superior;**
- 8.29..6.8. **(5) Profissionais de nível Técnico Sênior (T1) (nível médio completo) ≥ 8 anos de experiência profissional comprovada;**
- (5) Profissionais de nível Técnico Pleno (T2) (nível médio completo) ≥ 5 anos de experiência profissional comprovada;**
- 8.29..7. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.
- 8.29..8. O tempo de experiência de cada profissional, serão submetidos à avaliação curricular (modelo de currículo sugerido em anexo) e demais comprovantes de sua experiência, como por exemplo: registro na CTPS e declarações emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.29..9. A ANTT disponibilizará, para o desenvolvimento das atividades, além de mobiliário e infraestrutura fixa de telefonia e computadores.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras;
- 9.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.7..1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 9.7..2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 9.7..3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 9.7..4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 9.8..1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 9.8..2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 9.8..3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 9.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
 - 9.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 - 9.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
 - 9.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
 - 9.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
 - 9.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 9.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 10.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
 - 10.9..1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 10.9..2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
 - 10.9..3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 10.9.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 10.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 10.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 10.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.12. Substituir, no prazo de 04 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 10.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 10.13..1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.15..1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

10.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

10.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.20..1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20..2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.20..3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

10.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

10.23..1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

10.23..2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.23..3. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

10.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.27. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

10.28..1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte,

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

10.32. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

10.33. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.34. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.35. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.37. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

10.38. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.40. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.41. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.43. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.44. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.45. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.45..1. O direito de propriedade intelectual dos produtos (atividades) desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.45..2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos (atividades) gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.46. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

10.46..1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

10.46..2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

10.46..3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

10.47. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços

10.48. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.49. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.50. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.51. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.52. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

10.53. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

10.54. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.55. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

realizados em desconformidade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros.

10.57. Cumprir os prazos estipulados no Termo de Referência.

10.58. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados para a execução do contrato.

10.59. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.60. Satisfazer todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas. As discrepâncias que porventura ocorram devem ser comunicadas à Fiscalização com a devida oportunidade.

10.61. Atender às solicitações emitidas pela fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação.

10.62. Manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da ANTT, as concessionárias e seus contratados e a opinião pública em geral.

10.63. Far-se-á presente em todas as reuniões convocadas pela ANTT, devidamente representada, ao menos, pelo Coordenador Geral da Equipe Técnica.

10.64. Manter atualizados seus dados cadastrais na ANTT.

10.65. A Contratada deverá no desenvolvimento de suas atividades, procurar, sempre que possível adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponível no sítio da AGU, e além disso:

10.65..1. Implementar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que encontra-se disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont.

10.65..2. Adotar o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios;

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

10.65..3. Adotar prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;

10.65..4. Considerar nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental; e estimular a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

10.66. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e técnicas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

13.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

13.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

13.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- a) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
 - a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

- b) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
 - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

- c) Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
-
- d) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
-
- 13.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
 - 13.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
 - 13.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.
 - 13.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
 - 13.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 13.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 13.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 13.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 13.14..1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
 - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
 - c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
 - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT) para cada um dos profissionais alocados;
 - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
 - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
 - g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- g.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
- g.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- g.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

13.14.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

13.14.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

13.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

13.15..1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

13.16. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

13.16..1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

13.17. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

13.18. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.18..1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.18..2. Para a delimitação da equipe mobilizada, bem como a sua produtividade, foram levados em consideração a média de produção de serviços semelhantes desempenhados na assessoria técnica da SUROD, GEFIR, GEGEF e GERER, bem como técnicas empregadas pelos órgãos que atuam em serviços semelhantes.

13.18..3. Para a aferição da produtividade (IMR) foram estabelecidos tempos usuais para atendimento das demandas diárias, valores que estão dispostos no Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

13.18..4. Cabe à Coordenação da Contratada, informar à fiscalização eventos que impeçam ou dificultem o cumprimento dos prazos padrão estabelecidos.

13.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.22. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 13.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.25. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 13.26. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 13.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.28. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.29. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.30. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos Arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.31. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 13.31..1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
 - 13.31..2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
 - 13.31..3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.
- 13.32. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 13.33. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.34. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 13.34..1. A fiscalização transmitirá suas instruções por intermédio de anotações, especialmente quando verificadas imperfeições, falhas ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 13.34..2. Caso suas instruções não sejam atendidas, a fiscalização deverá notificar o Gestor do Contrato;
 - 13.34..3. Recebendo a notificação da fiscalização, o Gestor do Contrato poderá instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 13.35. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

13.36. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.37. Os servidores designados para o cumprimento da fiscalização deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.38. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.39. Na hipótese de comportamento contínuo da produtividade insatisfatória da prestação do serviço devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.40. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.41. A fiscalização do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, todavia a avaliação da produtividade ocorrerá mensalmente com base nas informações constantes no Relatório Mensal, para cada uma das atividades.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO)

14.1. A aceitação e pagamento de cada parcela mensal, ou por demanda, estão condicionados ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, decorrente do atendimento das demandas estabelecidas, no período estabelecido, o que será objeto da **avaliação de desempenho**.

14.2. **O prazo de entrega dos relatórios mensais contendo as atividades realizadas no mês anterior é de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.**

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

14.2..1. Os relatórios mensais relativos ao último mês de vigência do contrato, deverão ser entregues no seguinte cronograma:

14.2..2. No 20º (vigésimo) dia do mês de execução, em formato parcial e

14.2..3. No 30º (trigésimo) dia do mês de execução, no formato definitivo.

14.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/93, os relatórios deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato, e por ele recebidos, quando considerados adequados, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3..1. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários

14.3..2. O prazo para a avaliação e o recebimento dos relatórios é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega dos mesmos.

14.4. Aos relatórios relativos ao último mês de vigência contratual tratados no item 15.2.1., caberão a análise em até 05 (cinco) dias úteis.

14.4..1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.4..2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 14.4..3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 14.4..4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 14.4..5. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 14.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 14.5..1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 14.5..2. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 14.5..3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 14.5..4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 14.5..5. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 14.5..6. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 14.5..7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 14.5..8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 14.5..9. Os relatórios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da licitante vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 14.5..10. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada relatório mensal, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.

14.6. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado a aprovação de todos os relatórios mensais, no curso da vigência contratual e não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.8. Somente com o recebimento (aprovação/aceitação) do relatório mensal e do recebimento dos relatórios decorrentes das demandas eventuais, poderá o fiscal autorizar a emissão Nota Fiscal/Fatura.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

14.9. No caso das atividades eventuais solicitadas por demanda, a entrega e aprovação dos relatórios correspondentes, autorizará a emissão da correspondente Nota Fiscal/Fatura.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento do serviço será feito em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexo a este Termo de Referência.

- **O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço a ser comunicada pela fiscalização, conforme este Termo de Referência.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período de prestação dos serviços;
- O valor a pagar; e

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 15.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 15.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 15.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13..1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

15.16..1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

15.16..2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

15.16..3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

15.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

15.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

16.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

16.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

- Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

- 16.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.
- 16.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 13º (décimo terceiro) salário;
 - Férias e um terço constitucional de férias;
 - Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
 - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
 - Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 16.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 16.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 16.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 16.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 16.8..1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 16.8..2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 16.8..3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 16.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17. DA REPACTUAÇÃO

- 17.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

- 17.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 17.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 17.3..1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - 17.3..2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
 - 17.3..3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 17.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 17.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 17.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 17.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 17.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - 17.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
 - 17.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 17.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 17.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 17.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 17.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 17.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e

Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

- 17.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado **(insumos não decorrentes da mão de obra em regime exclusivo de dedicação)**, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 17.13..1. A adoção do IPCA deu-se em virtude de para os insumos indicados não haver índice setorial específico, bem como ser o IPCA o mais conservador a ser aplicável.
- 17.13..2. No presente Termo de Referência, definem-se como insumos não decorrentes da mão de obra em regime de dedicação exclusiva todos as despesas eventuais (deslocamentos e diárias).**
- 17.13..3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.13..4. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.13..5. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 17.13..6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 17.13..7. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 17.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 17.14..1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 17.14..2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 17.14..3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 17.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 17.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 17.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 17.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 17.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Os critérios serão estabelecidos no Edital de licitação, em valor **correspondente à 05% do valor contratual.**

18.2. A garantia da execução contratual deverá, no mínimo, contemplar o período de análise dos últimos relatórios, conforme item 10.3.2.1, deste Termo de Referência.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 19.1..1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1..2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1..3. Fraudar na execução do contrato;
- 19.1..4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1..5. Cometer fraude fiscal;
- 19.1..6. Não manter a proposta.

19.2. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a ANTT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2..1. A Advertência será aplicada caso a Contratada atinja, durante a vigência contratual, 01 (uma) vez a nota Insatisfatória, relativa a produtividade aferida no mês.

- **Multa de:**

19.2..1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso,

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2..2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2..3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2..4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.2..5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2..6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2..7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2..8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2..9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por evento (ocorrência) sobre o valor mensal do contrato

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Autorizar a saída de profissional da equipe alocada, durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Apresentar na avaliação de desempenho nível insatisfatório, em mais de um mês, na vigência contratual.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 19.5..1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.5..2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.5..3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 19.7..1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.14. Para efeito da verificação de reincidência, disposta no item (06) considerar-se-á o prazo compreendendo prazo inicial e suas prorrogações.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. No presente certame não será permitida a contratação de pessoas jurídicas que detenham contrato em vigor ou estejam prestando serviços afetos ao objeto descrito neste Termo de Referência, ou prestem outros serviços como a elaboração de projetos, estudos e serviços

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

ambientais, estudos e serviços para desapropriação, às CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS SOB A GESTÃO DA ANTT.

20.4. As licitantes deverão apresentar no ato de suas propostas declaração onde conste o compromisso visando o atendimento do item 20.3.

20.5. O item 20.3 restringe a participação das empresas que estão sob contrato com as empresas concessionárias de rodovias federais, sob pena de uma mesma empresa ou consórcio gerenciar atividades no âmbito da SUROD com conflitos de interesse em relação a contratos privados com as referidas empresas.

20.6. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 14.393.440,28 (Quartoze milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e oito centavos).

20.6..1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6..2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

21.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.1..1. A Licitante deverá apresentar certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

21.1..2. Em caso de consórcio de empresas essa documentação deverá ser apresentada individualmente para cada uma das empresas integrantes.

21.1..3. Declaração formal emitida pela licitante de que os profissionais componentes da equipe técnica, bem como os insumos para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.

21.1..4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.

21.1..5. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

21.2. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da Licitante.

21.3. Em caso de consórcio a comprovação da capacidade técnica (Atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.

21.4. A Licitante deverá apresentar pelo menos (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da respectiva região, para ao menos um dos itens, conforme quadro:

ITEM	SERVIÇOS EXECUTADOS	NÚMERO MÍNIMO DE ATESTADOS
1	Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização a Órgão Regulador e/ou Poder Concedente e/ou Órgão Fiscalizador e/ou Órgão Executor e/ou Concessionária de Rodovias abrangendo Empreendimentos e/ou Programas e/ou Projetos de Infraestrutura de Transportes Rodoviários, compreendendo: Acompanhamento de Serviços de Conservação e/ou Recuperação e/ou Manutenção e Operação da Rodovia e Operacionalização de Procedimentos de Fiscalização e Controle de Obras Rodoviárias, com extensão mínima de 1030 km.	01
2	Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização a Órgão Regulador e/ou Poder Concedente e/ou Órgão Fiscalizador e/ou Órgão Executor e/ou Concessionária de Rodovias abrangendo Empreendimentos e/ou Programas e/ou Projetos de Infraestrutura de Transportes Rodoviários, compreendendo: Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica de Empreendimentos de Transportes Viários, com extensão mínima de 1030 km.	01
3	Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão e/ou Fiscalização a Órgão Regulador e/ou Poder Concedente e/ou Órgão Fiscalizador e/ou Órgão Executor e/ou Concessionária de Rodovias abrangendo Empreendimentos e/ou Programas e/ou Projetos de Infraestrutura de Transportes Rodoviários, compreendendo:	01

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Gestão de Controle de Informações Interna/ Externa dos Contratos; e/ou Apoio local ao Gerenciamento de Programa de Obras, com extensão mínima 1030 km.

- (1) Nesta Licitação **não há vedação** ao somatório de quantitativos de atestados.
- (2) As extensões definidas referem-se a percentuais aproximados de 10% da extensão total atualmente² concedida pela ANTT a qual totaliza cerca de 10.300 km.
- http://www.antt.gov.br/rodovias/Concessoes_Rodoviaras/Index.html#boxInfo

21.5. Caso a participação se dê em regime de consórcio de empresas, deverá haver o acréscimo de 30% dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

21.6. A Licitante deverá relacionar os serviços compatíveis com o objeto da licitação executados pela empresa e anexar comprovação destes por intermédio de atestado e/ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da mesma, devidamente registrados no CREA.

21.7. Deverá a Proponente apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade operacional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

22. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

22.1. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), da ficha de registro de empregado, de contrato de prestação de serviço, de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

22.2. O Coordenador Geral deverá obrigatoriamente se responsabilizar pela execução dos serviços objeto da contratação. Havendo a impossibilidade para tal, deverá ser apresentada justificativa à CONTRATANTE e, por conseguinte, que poderá aceitar ou não novos profissionais mediante a apresentação de atestados técnicos compatíveis com o objeto a ser desenvolvido.

22.3. Deverá (ão) constar, obrigatoriamente, do (s) atestado (s) de capacidade técnica, em destaque, os seguintes dados: nome do profissional; data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e da CONTRATADA; descrição dos serviços e os quantitativos executados, quando couber;

² Referência: maio/2020.

22.4. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

22.5. A avaliação do profissional deverá atender as seguintes especificações

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA		
CATEGORIA PROFISSIONAL	NÍVEL	NÚMERO DE ATESTADOS A SEREM COMPROVADOS
Coordenador-Geral da Equipe –Engenheiro com experiência profissional mínima de 10 anos em Serviços de Coordenação ou Responsabilidade Técnica em Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão de empreendimentos lineares de infraestrutura de transportes terrestres (Rodovia ou Ferrovia), compreendendo: Planejamento, Verificação e Análise dos Serviços das Concessionárias nas Áreas de Projetos, Obras de Ampliação e Melhoramento, Operação, Conservação e na Área Ambiental, Coordenação, Desenvolvimento de Controle de Obras, Procedimentos para a Análise da Documentação Técnica de Projetos e “As Built” e Análise Econômico (no período mínimo de 12 meses).	P0	01 (um)

(1) *Serão inabilitadas as propostas que não atingirem a qualificação requerida para o coordenador geral.*

(2) *Deverá ser apresentado o mínimo de 01 Atestado para a comprovação da capacidade do profissional.*

22.6. A comprovação da experiência requerida para fins de qualificação se dará por meio de atestados, os quais deverão constar o nome do profissional, o período do trabalho efetuado e o tipo de serviço prestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 22.7. Para cada um dos serviços executados e relacionados, a título de experiência do técnico, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.
- 22.8. Ditados atestados e/ou certidões, INDEPENDENTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, quando pertinente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante, período e discriminação dos serviços.
- 22.9. De acordo com os serviços relacionados e comprovados será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.
- 22.10. Apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnica do profissional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.
- 22.11. O coordenador Geral deverá comprovar sua formação, o tempo de formação exigido e a experiência mínima requerida para função.
- 22.12. Quando os atestados apresentados forem decorrentes de subcontratação, obrigatoriamente deverão trazer em anexo o atestado do contratante principal.
- 22.13. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica em nome do (s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s), devidamente registrados nas entidades profissionais da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT).
- 22.14. Em optando-se pela participação em Consórcio, deverá ser apresentado a documentação de um coordenador Geral representando o Consórcio.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 23.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 23.1..1. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos pelas seguintes fontes que constam em anexo ao presente Termo de Referência:
- 23.1..1.1. Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, Mês/Ano de Referência **Fevereiro 2020.**
- 23.1..1.2. Valores estabelecidos na convenção coletiva, quando houver.
- 23.1..1.2.1. Para efeito da formação do orçamento referencial, foram utilizadas as CCT's informadas nas planilhas orçamentárias.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

23.1..1.3. Resultado da pesquisa de mercado para profissionais não abrangidos por pisos salariais.

23.1..2. Para passagens aéreas, locação de veículos e combustível para o deslocamento dos técnicos, foram utilizadas cotações em sites especializados, em pesquisas de preço realizadas em fevereiro de 2020.

23.1..3. Para diárias foi utilizado o Anexo I Decreto No. 6.907 de 21/07/2009.

23.1..4. No orçamento de referência da ANTT estão considerados os fatores dispostos nas planilhas orçamentárias anexas a este Termo de Referência.

23.2. Os valores apresentados neste Termo de Referência são apenas indicativos e servem para a formação do preço de referência, devendo a licitante respectiva à proposta vencedora adaptá-los a sua realidade profissional de mercado, obedecendo os pisos mínimos de cada categoria profissional, na região, bem como assumir integralmente todos os riscos decorrentes das variações do preço de referência ora indicado, seja em seus componentes, seja no valor global, ressaltando-se os reajustes e previsões legais.

23.2..1. Para a formação do orçamento referencial no que concerne à mão de obra mobilizada, foi utilizada a Tabela de Consultoria do DNIT, para as categorias profissionais necessárias, que foram avaliadas e distribuídas conforme as atividades desenvolvidas.

23.2..2. Os serviços objeto desta licitação, são serviços vinculados à engenharia consultiva o que importa na mobilização de profissionais com diferentes níveis de experiência, adequados, portanto, aos diversos níveis de complexidade dos serviços a serem realizados.

23.2..3. Considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com níveis diversos de experiência, a Contratada para a definição das faixas salariais de todos os profissionais abrangidos por este Termo de Referência, deverá obedecer aos percentuais de diferenças entre os níveis de experiência contemplados nos postos conforme a seguir:

23.2..4. Profissionais da Engenharia e profissional técnico – deverão ser obedecidos os percentuais conforme metodologia disposta na Tabela de Consultoria do DNIT .

23.2..5. Profissionais cujos valores foram obtidos por meio de pesquisa de mercado (Economista, Supervisor Administrativo, Advogado Sênior,

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Advogado Auxiliar, Administrador e Assistente Administrativo), deverão ter seus salários propostos a partir dos valores estabelecidos como referenciais.

- 23.2..6. Para efeito da proposta deverá ser observado o que dispõe na Convenção Coletiva que abranja a atividade preponderante da futura contratada, bem como pelo fato de que as atividades serão desenvolvidas em Brasília/DF.

24. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

24.1. A formação do orçamento referencial está representada no Anexo II a este Termo de Referência.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

25. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

25.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, com base no inciso II, art. 57 da Lei n.º 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses.

25.1.1. As demandas por deslocamento e diárias serão demandados por Ordens de Serviço Individualizadas e medidos mediante aprovação do relatório de viagem que poderá consistir em relatório de vistoria de campo e/ou memórias de reunião.

25.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- i. Anexo I – Estudos Preliminares.
- ii. Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e Cronograma Físico Financeiro.
- iii. Anexo III – Instrumento De Medição De Resultado (IMR).
- iv. Anexo IV – Modelo de Currículo sugerido
- v. Anexo V – listagem das categorias profissionais que integrarão a equipe técnica

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
NOME: ANDERSON SANTOS BELLAS	MATRÍCULA/SIAPE:1800374
ESPECIALISTA DE REGULAÇÃO	
<p style="text-align: center;">_____ ANDERSON SANTOS BELLAS BRASÍLIA, ____ DE JUNHO DE 2020.</p>	
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
NOME: LUCIANO ESTEVE DE ASSIS	MATRÍCULA/SIAPE:1678542
ESPECIALISTA DE REGULAÇÃO	
<p style="text-align: center;">_____ LUCIANO ESTEVE DE ASSIS BRASÍLIA, ____ DE JUNHO DE 2020.</p>	

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	
NOME: MARCELO ALCIDES DOS SANTOS	MATRÍCULA/SIAPE: 1677937
<p>Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no</p>	

art. 9º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005, APROVO o referido documento.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS
(Superintendente de Infraestrutura Rodoviária)

Brasília, _____ de junho de 2020.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

ANEXO I – ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

ANEXO II - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR).

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos e nas avaliações apresentadas pelos setores da área demandante, sempre que a contratada:

1.2.1. Não produzir os resultados com os níveis de conformidade exigidos neste instrumento;

1.2.2. Não apresentar de maneira satisfatória e com alta qualidade os indicadores apresentados

1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

1.4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

1.5. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto, da contratada, relatório sintético de avaliação da qualidade do serviço.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

1.5.1. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;

1.5.2. Sempre que desejar, a contratada poderá solicitar os relatórios individuais dos setores avaliados.

1.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade ou impestivo, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

1.7. Na hipótese de comportamento reiterado de desconformidade na prestação do serviço em relação à qualidade exigida, pondo em risco a execução, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.8. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços de que tratam os itens 1.2 e 1.5 deste instrumento;

1.9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária ou semanal quando o último relatório apresentado demonstrar elevados índices de desconformidades em relação aos indicadores.

1.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste anexo, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Conforme disposto no Termo de Referência, haverá ao longo da execução contratual, a avaliação relativa ao desempenho (produtividade da contratada).

2.2. Para tal aferição foram considerados como critério de eficiência, o atendimento às demandas diárias com pontualidade e técnica adequada.

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

- 2.3. Conforme consta no Estudo Técnico Preliminar, o levantamento das necessidades levou em consideração a estimativa histórica dos serviços prestados no âmbito da Assessoria Técnica da SUROD, GEFIR, GEGEF e GERER.
- 2.4. Ressaltamos que em linhas gerais, a maioria das tarefas previstas nas atividades objeto deste termo de referência não possuem características que permitam a definição objetiva de prazos de atendimento, já que apresentam grande amplitude no escopo e natureza dos serviços prestados. Dessa forma, para formação do IMR serão consideradas duas tarefas que possam ser objetivamente medidas e que possuem alta relevância técnica para cada gerência, quais sejam:
- 2.5. Para a GEFIR será considerada a tarefa de elaboração de documentos técnicos nas duas etapas das revisões de tarifa básica de pedágio de competência da GEFIR (Atividade 7).
- 2.6. Para a GEGEF, será considerada a tarefa de elaboração de documentos técnicos nas duas etapas das revisões de tarifa básica de pedágio de competência da GEGEF (Atividade 7) e a tarefa Suporte Técnico para análise da Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica (Atividade 13).
- 2.7. Para a GERER, será considerado as tarefas de elaboração de respostas de ouvidoria mediante o Sistema de Informação ao cidadão, bem como respostas de solicitação de informações aos parlamentares federais (Atividade 3) e a tarefa de análise e elaboração de documentos na gestão dos projetos de Recursos de Desenvolvimento Tecnológico – RDT (Atividade 16).
- 2.8. Ressaltamos que os prazos de atendimentos consideraram que o profissional não exercerá de forma exclusiva a tarefa, podendo exercer concomitantemente outras tarefas necessárias para as atividades diárias de cada gerência.
- 2.9. Desse modo, a Contratada deverá observar, para o cumprimento das demandas diárias, desenvolvidas em caráter rotineiro, os prazos dispostos conforme o quadro a seguir:

SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO - IMR

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Tarefa avaliada	Órgão	Categoria	Prazo para o atendimento	
Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEFIR – 1ª manifestação técnica	GEFIR	-	176 horas	22 dias úteis
Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEFIR – 2ª manifestação técnica	GEFIR	-	88 horas	11 dias úteis
Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEGEF – 1ª manifestação técnica	GEGEF	-	120 horas	15 dias úteis
Suporte Técnico na elaboração de documentos Técnicos na Revisão de Tarifa Básica de Pedágio de Competência da GEGEF – 2ª manifestação técnica	GEGEF	-	120 horas	15 dias úteis
Suporte Técnico para análise da Regularidade Fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica	GEGEF	-	176 horas	22 dias úteis
Suporte Técnico nas respostas em demandas em processo de solicitação de informações de cidadão e de parlamentares federais com prazo	GERER		80 horas	10 dias úteis
Suporte Técnico na análise de processos de Recursos de Desenvolvimento Tecnológico - RDT	GERER		120 horas	15 dias úteis

3. O indicador a ser aplicado está descrito a seguir:

Indicador	
Execução dos relatórios técnicos	
Item	Descrição

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Finalidade	Garantir a prestação dos serviços de forma satisfatória, no prazo e na qualidade requerida de modo a alcançar o objetivo da contratação.
Meta a cumprir	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme prazos definidos pela contratante (critérios de complexidade), dentro dos limites da capacidade produtiva alocada, observando as condições contratuais.
Instrumento de Medição	Planilha de controle com prazo planejado e realizado por tarefa.
Forma de acompanhamento	Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento dos prazos de execução estabelecidos conforme relatórios técnicos elaborados (concluídos e em elaboração) e aceitos pela fiscalização.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Ao final de cada mês será verificado o percentual de execução dentro do prazo das ações demandadas no mês (relatórios técnicos), até o limite produtivo da equipe alocada, considerando a tipologia de cada atividade e se o mesmo foi aceito pelo respectivo fiscal.
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixa de ajuste no Pagamento	Nível de conformidade entre 95,01% e 97,50% - 0,5% de desconto 92,51% e 95,00% - 1,0% de desconto 90,01% e 92,50% - 2,0% de desconto 87,51% e 90,00% - 3,0% de desconto 85,01% e 87,50% - 4,0% de desconto Abaixo de 85,00% - 5,0% de desconto
Sanções	Caso ocorra desempenho Insatisfatório em mais de uma ocasião na vigência do contrato, será avaliada a

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

	possibilidade de adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993; ou a possibilidade de instauração de processo de apuração nos termos do item 18 deste Termo de Referência.
--	---

6.1. Assim, em cada um dos relatórios mensais entregues deverá ser informado, de forma analítica o percentual da execução das ações demandadas para a equipe mobilizada, comparando os prazos previstos e realizados, com as devidas justificativas.

6.2. Os fiscais ficarão encarregados da avaliação mensal da qualidade do serviço.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Responsável pela avaliação:

Período Avaliativo:

Indicador: Execução dos Relatórios Técnicos

Atividades finalizadas no período	
Relato dos fatos que ensejaram o descumprimento dos prazos estabelecidos	

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

	Fórmula a ser aplicada (por amostragem)	Cálculo	Resultado
Pontuação total alcançada no Indicador	$\frac{\text{Quantidade DCP}}{\text{Quantidade DPM}} \times 100$		

DCP = Demandas concluídas dentro do prazo previsto, no mês vigente, mesmo que iniciadas no mês anterior.

DPM = Demandas totais passíveis de conclusão no mês vigente, mesmo que iniciadas nos meses anteriores..

Responsável pela avaliação
(assinatura e carimbo)

3. Faixas de ajuste de pagamento

- 3.1. O Nível de Conformidade deve ser averiguado para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.
- 3.2. A aplicação dos Níveis de Conformidade resultará em um Percentual de Desconto sobre o Valor Total da Fatura.
- 3.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pelo Nível de Conformidade do serviço conforme apresentado abaixo:

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

Níveis de Conformidade	Percentuais de Desconto sobre o Valor Total da Fatura
95,01% e 97,50%	0,5%
92,51% e 95,00%	1%
90,01% e 92,50%	2%
87,51% e 90,00%	3%
85,01% e 87,50%	4%
Abaixo de 85,00%	5%

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

RELATÓRIO SINTÉTICO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO – (mês/ano)

Prezados Senhores,

- Considerando as informações apresentadas, encaminho relatório sintético para ciência.
- Caso o Nível de Conformidade encontre-se abaixo dos 97,50% a glosa ocorrerá no mês subsequente ao mês de referência deste relatório.
- As dúvidas e questionamentos poderão ser encaminhados no endereço eletrônico:

_____.

NÍVEL DE CONFORMIDADE - Execução dos relatórios técnicos	TOTAL
TOTAL DA AVALIAÇÃO	

Níveis de Conformidade	Percentuais de Desconto sobre o Valor Total da Fatura
95,01% e 97,50%	0,5%
92,51% e 95,00%	1%
90,01% e 92,50%	2%
87,51% e 90,00%	3%
85,01% e 87,50%	4%
Abaixo de 85,00%	5%

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO

--

Fiscal do contrato
(Assinatura e carimbo)

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

ANEXO IV

Currículo

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD

ANEXO V

**LISTAGEM DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE INTEGRARÃO A EQUIPE
TÉCNICA**

Profissional	CBO	Total
Coordenador Geral (Engenheiro Sênior)	2142-05	1,00
Engenheiro Pleno	2142-05	22,00
Economista	2512-05	2,00
Supervisor Administrativo	4101-05	1,00
Contador	2522-10	1,00
Advogado Sênior	2410-05	1,00
Advogado Auxiliar	2410-05	1,00
Administrador	2521-05	1,00
Assistente Administrativo	4110-10	5,00
Tecnico Sênior	4110-05	5,00
Técnico Pleno	4110-05	5,00
Total:		45,00

Processo nº 50500.3008176/2019-62

Prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD



ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, I, da IN 05/2017)

Uma vez apresentado o Termo de Referência, o mesmo foi avaliado pela Procuradoria Regional Federal, que por meio da Nota nº 00161/2019/PF-ANTT/PGF/AGU, recomendou a sua adaptação para o modelo de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, apresentando as justificativas que foram consideradas quando da elaboração da nova versão dos instrumentos. Conforme houve a alteração do modo de execução contratual, houve a incorporação de valores estritamente relacionados ao modelo, razão pela qual, houve a alteração do valor da proposta, para o valor ora apresentado.

Considerando o exposto na Nota Técnica SEI Nº 3204/2019/GEFIR/SUINF/DIR (1468085) que definiu as atividades objeto desta proposta de contratação enquadradas como consultoria em engenharia, e a fim de manter a coerência do planejamento da contratação, propomos ainda que a alteração do objeto da presente proposta de contratação para "**contratação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD**".

Dito isto, a contratação em questão decorre, essencialmente, da necessidade de contratar apoio técnico em engenharia consultiva para desempenhar atividades em caráter acessório, complementar e subsidiária, dotando as três gerências temáticas da SUROD (GEFIR, GEGEF, GERER, além da própria assessoria da SUROD) com informações técnicas especializadas, com fins ao cumprimento das suas atribuições regimentais, termos da RESOLUÇÃO Nº 5.888, de 12 de maio de 2020, que trata do Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Nessa esteira, os gerentes, coordenadores e servidores da SUROD dependem essencialmente de serviços auxiliares, instrumentais e acessórios de técnicos especializados na área de engenharia, economia, administração e direito, bem como do apoio técnico e administrativo de colaboradores de nível médio para realizar as competências inerentes à cada área temática da SUROD e entregar pareceres técnicos, notas técnicas e demais documentos no âmbito dos processos de regulação, gestão e fiscalização econômica financeira dos contratos vigentes.

Outro aspecto que deve ser destacado sobre a natureza das atividades técnicas de regulação, gestão e fiscalização econômica financeira dos contratos de concessão de rodovias realizada na SUROD, é sobre o entrelaçamento característico entre os conceitos técnicos da ciência da engenharia rodoviária e os princípios jurídicos e econômico-financeiros relacionados ao contrato de concessão. Em linhas gerais, as atividades desenvolvidas pelas Gerências temáticas da SUROD decorrem de ações necessárias para a gestão dos contratos de concessão e da necessária regulação desses contratos por meio dos normativos vigentes na área rodoviária da ANTT, sendo que ambos estão lastreados de robustos conceitos técnicos inerentes à engenharia rodoviária apoiados subsidiariamente aos princípios jurídicos relacionados aos regimentos jurídicos de contratos administrativos na figura de uma concessão bem como à necessária relação econômico-financeira de uma concessão.

Desse modo, as atividades propostas na presente contratação apresentam características similares à natureza das atividades realizadas pela SUROD, qual seja, o necessário entrelaçamento característico entre o aspecto da engenharia rodoviária e os conceitos jurídicos e econômico-financeiros presentes em uma relação de contrato de concessão, apresentando como característica de maior predominância a proximidade dos conceitos e definições relacionadas à Engenharia rodoviária, de forma que entendemos que todas as atividades propostas devam ser classificadas na esfera de engenharia consultiva.

As atividades técnicas de regulação, gestão e fiscalização econômica financeira dos contratos de concessão realizadas no âmbito da SUROD se revestem de grande complexidade técnica, se baseando em extensas e profundas análises que perfazem de necessária prospecção de informações técnicas de engenharia, direito regulatório e conceitos econômico financeiros com a necessária consolidação em minutas de documentos técnicos especializados. Além disso, o nível de complexidade exigido para elaboração das tarefas previstas em cada atividade se divide em camadas de complexidade diferentes, sendo que atividades que demandam maior grau de complexidade são realizadas por profissionais de características sênior e pleno e as demais atividades, que demandam grau de complexidade moderada serão realizadas pelos profissionais com características de profissionais auxiliares.

Como exemplo, citamos o caso dos Engenheiros civis, que possuem tarefas de apoio técnico com alto grau de complexidade previstas nas tarefas (competências previstas para o Coordenador Geral que terá que organizar o trabalho de todas as atividades previstas das 3 gerências temáticas, com experiência em planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, envolvendo Coordenação de Equipes de Gerenciamento, Projetos ou Supervisão no período mínimo de 10 anos), sendo necessário a alocação de postos de trabalho com profissional de Engenharia Civil Sênior com o objetivo de realizar adequadamente as tarefas previstas com tal grau de complexidade.

Por outro lado, temos outras tarefas previstas dentro das atividades (apoio técnico nas respostas aos questionamentos de ouvidoria, diretoria e órgãos de controle de complexidade técnica compatível, apoio técnico na instrução de Processos Administrativo Simplificado de complexidade técnica moderada, apoio técnico no acompanhamento e fiscalização de contratos e convênios celebrados pela SUROD, apoio técnico as atividades complementares para a elaboração das notas técnicas de revisão tarifária ordinária, extraordinária e quinquenal, dentre outras tarefas de complexidade moderada) que, apesar de se revestirem de alto grau de complexidade técnica, se apresentam como tarefas de menor impacto técnico podendo ser desenvolvidas por engenheiros de características de profissional pleno.

Sobre os profissionais de economia, contabilidade e engenheiros civis com conhecimento na área econômico-financeira, que prestarão apoio técnico às atividades associadas à Gerência de Gestão Econômico financeira, temos a mesma linha de defesa para justificar a necessidade de se utilizar profissionais de características mínima de pleno na execução de tais atividades. As atividades 13, 14 e 15 são compostas por tarefas de alta complexidade técnica (suporte técnico para análise de apólices, endossos e certificados de seguros e garantias contratuais, suporte técnico para análise de receita extraordinária auferida, suporte técnico para análise da regularidade fiscal/Tributária/Contratual de natureza financeira e econômica das concessionárias, dentre outras tarefas de grande complexidade), de forma ser necessária uma alocação mais robusta de profissionais com característica sênior (Economista), sendo que a atividade 12 contém tarefas de complexidade técnica moderada (suporte técnico para análise de apólices, endossos e certificados de seguros e garantias contratuais, manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvam gestão de seguros e garantias de execução contratual, dentre outras tarefas de complexidade moderada), que possuem características de tecnicidade que permitam ser realizadas apenas engenheiro civil com características de profissional pleno, sem o apoio de Economista.

Sobre os Advogados, destacamos que a atividade 3 - Apoio Técnico nas respostas e questionamentos de ouvidoria, da diretoria, órgãos de controle externos e internos, destacamos ser necessário a contratação de profissional com características de profissional sênior em função da complexidade das demandas junto ao Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministérios Público e Justiça, sendo necessário conhecimento profundo

de jurisprudência da área de regulação de contratos de concessão bem como experiência na elaboração de respostas ao Tribunal de Contas da União afim de garantir à SUROD o adequado tratamento e respostas a alta demanda dos órgãos supracitados.

Por outro lado, temos a atividade 4 - Apoio Técnico na Instrução/ acompanhamento do PAS, atividade que contará com apoio técnico de advogado na instrução dos processos de multas aplicadas sobre as concessionárias de rodovias em análise na 2ª e 3ª instâncias, sendo atividade que se reveste de menor complexidade técnica, podendo ser realizada por advogado com características de profissional auxiliar.

O Profissional " Supervisor Administrativo" previsto nas atividades 1 - Apoio Técnico no acompanhamento de indicadores e 2 - Apoio Técnico na definição e acompanhamento da agenda regulatória, terá participação relevante na gestão e acompanhamento dos indicadores de desempenho estratégicos da SUROD, correlacionando a gestão das atividades relacionadas aos referidos indicadores com os planos de ação definidos na agenda regulatória da ANTT. Tal profissional deverá se relacionar com as diversas gerências da SUROD bem como com os órgãos responsáveis pela gestão da agenda regulatória da ANTT, de forma a harmonizar as informações trazidas de cada gerência para a formulação e divulgação dos indicadores tempestivamente.

Para tanto, em vista da complexidade para realização das tarefas desse profissional, entendemos ser necessário a contratação de profissional de nível superior em qualquer área de formação com característica sênior, sendo desejável especialização em alguma área da ciência da administração.

Sobre o profissional " Administrador" previsto na atividade 6 - Apoio técnico na Prestação de Contas - entendemos ser necessário a contratação de "profissional auxiliar" em função de ser necessário apoio técnico no controle gerencial e qualitativo das demandas de pleitos de uso de aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e verbas de segurança de trânsito por parte das Concessionárias, bem como realização de procedimentos técnicos de moderada complexidade no apoio técnico de análise dos pleitos de desapropriação da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como no apoio para realizar a prestação de contas de todos os contratos de concessão que possuem este instituto.

Sobre o posto de trabalho "Assistente Administrativo" (Nível superior), este posto está sendo previsto para atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas nas atividades das gerências, em especial no assessoramento, planejamento e controle administrativo de trâmites processuais, prazos, sigilos, sistema hierárquico, dentre outras e habilidade para realização de pesquisas sob supervisão (ex: Tribunal de Contas da União, órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura e outros), de acompanhamento de atividades e andamentos e de cumprimento de prazos, gestão de agendas, de compromissos e de reuniões.

Sobre o posto de trabalho de Técnico Sênior (nível fundamental), esclarecemos que a função dos referidos técnicos alocados na SUROD se correlacionam com as atividades de alto grau de complexidade técnica das atividades de regulação e gestão dos contratos de concessão de rodovias gerenciados nas gerências temáticas desta Superintendência. O Técnico Sênior deve ter conhecimento compatível com a natureza dos diversos temas tratados nos contratos de concessão, como ter pleno conhecimento das características de específicas de cada etapa do Programa de concessão de rodovias, elaboração de minutas de ofícios e memorandos de temas como prestação de contas de aparelhamento da PRF, desapropriações de terrenos, autorização de início de obra, pareceres de inexecução financeira, comunicação com as concessionárias nos processos de multas, dentre outro, demandando bom nível da língua portuguesa na elaboração do referido apoio técnico.

Sobre o posto de trabalho de Técnico Pleno (nível fundamental), esclarecemos que a função dos referidos técnicos alocados na SUROD se correlacionam com as atividades de moderada complexidade técnica das atividades de regulação e gestão dos contratos de concessão de rodovias gerenciados nas gerências temáticas desta Superintendência. O Técnico Pleno deve ter conhecimento em temas como as tarefas relacionadas ao apoio no controle das respostas à ouvidoria, consolidação e controle de informações técnicas para a área de gestão de contratos, prospecção de informações em processos técnicos das gerências para apoio as atividades de maior complexidade, suporte técnico nas auditorias de perda de receitas, como por exemplo isenções tarifárias, atividade que demanda grande capacidade de concentração e uso corrente de excel, dentre outras tarefas de conhecimento técnico específico.

Para efeito de orçamentação dos profissionais Técnicos, utilizamos como base de comparação o profissional de Registro no Ministério de Trabalho e emprego com CBO-4110 - 05 - Auxiliar de Escritório, que demonstra características mais próximas dos profissionais de nível fundamental. No entanto, conforme restou demonstrado, o Técnico exigido pelas Gerências da SUROD deve ter conhecimento muito superior as competências previstas para o profissional técnico de CBO-4110-05, de forma que entendemos que a utilização do Técnico Sênior e Pleno da tabela de consultoria do DNIT se mostra mais adequada à necessidade de cada nível de profissional de nível médio que deva ser contratado no âmbito desta licitação, já que os referidos profissionais previstos na tabela do DNIT demonstram a expectativa de alocar profissionais de maior experiência no mercado e com competência técnica esperada para um órgão que executa atividades de engenharia consultiva.

A proposta buscou meios de redução do orçamento e qualificação da equipe, considerando que, os custos com a infraestrutura, tais como elementos para montagem e manutenção de escritório, serão fornecidos pela ANTT.

Observa-se também foram consideradas as melhores práticas para a sustentação ambiental, visto que, na contratação proposta, não se considerou a existência de elaboração de documentação física, sendo que todos os trâmites se darão pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Para o atingimento dos padrões de excelência considerados para as análises, com confrontação com o Índice de Medição de Resultado - IMR que se pretende aplicar, é imperioso que a contratada proveja a sua equipe com mecanismos tecnológicos de ponta para que atinja os níveis de produtividade e qualidade esperados, permitindo assim, uma igualdade de condições entre aquele que apresenta/propõe o projeto e aquele que o analisa e avalia.

Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento a miúdo das ações propostas, e o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação, no âmbito da SUROD, constatando-se que não há sobreposição ou conflito entre os objetos.

O objeto foi delimitado em lote único uma vez que os trabalhos desenvolvidos são interdependentes. Além disso, a equipe de planejamento concluiu que devem ser consideradas despesas eventuais a serem suportadas pelo contrato, para viabilizar a verificação no campo, para a realização das atividades que necessitam de conhecimento in loco. Desse modo, foram consideradas despesas para cobertura de despesas com deslocamento (terrestre e aéreo) e diárias.

Considerando o exposto, entendemos que resta claro que os serviços necessários para entrega das referidas atividades são integralmente continuados, de dedicação de mão-de-obra exclusiva e com características essenciais de serviços de engenharia, não cabendo cogitar a divisão em lotes do presente planejamento de contrato.

3 – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT (art. 24, §1º, II, da IN 05/2017)

A contratação refere-se ao Plano Anual de Contratações.

Anteriormente à fase em que se modulou o Planejamento da Contratação, foi elaborado o Documento de Formalização da Demanda, que indicou características da execução contratual que posteriormente foram modificadas, visto que, a equipe de planejamento concluiu que modo ora proposto está melhor adequado, eficiente e econômico, tanto aos serviços realizados, quanto à nova sistemática, com definição detalhada de escopo, definição da estrutura profissional, bem como os critérios para aferição da produtividade.

A presente proposta considerou que se trata de serviço comum de engenharia, visto que há amplo conhecimento do mercado.

Para o norteamento da contratação foi elaborado o Termo de Referência, onde constam as especificações, o regime de execução, critérios de

aceitabilidade, medições, critérios de produtividade, dentre outras informações necessárias para a formulação da proposta.

Conforme recomendação constante da Nota 00161/2019/PF-ANTT/PGF/AGU, foi definido que os serviços objeto desta contratação devem ser executados continuamente, com alocação de mão de obra em regime de exclusividade.

Também foram realizados outros instrumentos tais como, planilha orçamentária, cronograma, além de modelos de formulários necessários para a padronização das ações de controle da contratação.

A contratação proposta está balizada nas reais necessidades, tendo em vista que a não contratação das atividades, como dita de competência regimental da SUROD e de suas Gerências temáticas, trará grave impacto às concessões em vigência, quanto àquelas que se pretende estruturar.

O modelo de contratação ora proposto, foi idealizado considerando a qualificação da execução contratual, otimização da equipe alocada, melhor forma de fiscalização, gestão e utilização criteriosa dos recursos públicos.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, III, da IN 05/2017)

A contratação é fundamental para a consecução das atividades regimentais da SUROD e é decorrente da demanda por serviços indiretos e específicos, subsidiários à atividade fim de regulação e gestão dos contratos de concessão vigentes e futuros contratos, bem como das atividades de elaboração de novas outorgas de rodovias, considerando-se ainda da insuficiência de recursos humanos para atender a todas as demandas provenientes das concessões ora contratadas, e que eventuais variações poderão ser alcançadas pelos limites legais autorizados para aditivo.

A contratação foi estruturada considerando os seguintes pilares: eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT em correlação com os projetos propostos pelas concessionárias.

Desse modo, considerando que são diversas temáticas que se inter-relacionam, foi delimitada uma equipe fixa, que deverá desenvolver as suas atividades em regime de exclusividade e continuidade, na sede da ANTT, sabendo-se que as atividades desenvolvidas por esses profissionais serão materializadas por meio dos conteúdos e documentos apresentados nos relatórios mensais, com formato delimitado, que permitirá a avaliação da produtividade mês a mês.

No Termo de Referência, de forma a permitir vistorias in loco dos profissionais alocados na equipe, garantindo-lhes a maior eficiência dos trabalhos técnicos desempenhados, há no formato de acionamento por demanda, de recursos que garantam o deslocamento e a cobertura de valores para diárias dos profissionais.

Está claro no Termo de Referência que a equipe mobilizada deverá ser alocada para o desenvolvimento das atividades na sede da ANTT, em Brasília. Essa decisão considerou o melhor gerenciamento das atividades, além do que, nas informações que são manipuladas, há a necessidade de salvaguardas de sigilo.

A contratação está fundamentada no artigo 57, II, contratação de serviços continuados.

5.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1.1	Coordenador Geral (CBO 2142-05)	POSTO DE TRABALHO	01
1.2	Engenheiro Pleno (CBO 2142-05)	POSTO DE TRABALHO	22
1.3	Economista Sênior(CBO 2512-05)	POSTO DE TRABALHO	02
1.4	Supervisor Administrativo Sênior(CBO 4101-05)	POSTO DE TRABALHO	01
1.5	Contador (CBO 2522-10)	POSTO DE TRABALHO	01
1.6	Advogado Sênior (CBO 2410-05)	POSTO DE TRABALHO	01
1.7	Advogado Auxiliar (CBO 2410-05)	POSTO DE TRABALHO	01
1.8	Administrador Auxiliar (CBO 2521-05)	POSTO DE TRABALHO	01
1.9	Técnico Sênior (CBO 4110-05)	POSTO DE TRABALHO	05
1.10	Técnico Pleno (CBO 4110-05)	POSTO DE TRABALHO	05
1.11	Assistente Administrativo (CBO 4110-10)	POSTO DE TRABALHO	05
2.1	Deslocamento Aéreo	UD1	36
2.2	Deslocamento Terrestre	UD2	02
2.3	Diárias	UD3	72

5.2 – MEMÓRIA DE CÁLCULO (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)

Em geral, os custos da contratação foram elaborados com base na Tabela de Consultoria do DNIT, mês referência fevereiro/2020 a memória de cálculo está disponibilizada como anexo ao Termo de Referência. Tratamento especial foi dado a fixação dos valores paramétricos para os profissionais alheios às

carreiras da engenharia e que também não possuem pisos salariais estabelecidos em instrumentos normativos. Nesse contexto foi necessária a realização de pesquisa de mercado para as carreiras que não tivessem piso salarial estabelecido em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho, assim, foram levantados cadastros de empresas integrantes das principais associações relativas à engenharia consultiva, sendo elas a ABCE e a ANETRANS.

O citado levantamento resultou no encaminhamento de aproximadamente 85 ofícios às empresas do segmento, tendo as respostas obtidas registradas no Processo nº 50500.020542/2020-98, bem como as planilhas resumo. Com as respostas fornecidas foi possível o levantamento de preços que resultou nos valores médios para fixação do piso salarial para as carreiras atingidas. O método utilizado para o alcance dos preços médios foi a média de todos os valores fornecidos pelas empresas que atenderam ao convite, os quais quando confrontados com os valores publicados na mídia especializada, evidenciaram a sua aderência, razão pela qual o orçamento referencial assim os considerou.

A definição da premissa para elaboração do orçamento, deu-se em atendimento ao disposto no DECRETO 7983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do Orçamento Geral da União, como é o caso.

Para a orçamentação das despesas eventuais, especialmente a que trata sobre o deslocamento para execução das atividades de apoio técnico, foi considerado que tal necessidade tem caráter eventual, por demanda, e em caso de execução tratar-se-á de locação por período curto (inferior a uma semana), face a especificidade do serviço, os valores dispostos na Tabela de Consultoria do DNIT não foram considerados, visto que àquela fonte indica a locação mensal. Definido que o componente do produto, no caso o deslocamento terrestre deveria, em caso de necessidade da prestação dos serviços, ocorrer em locadoras de veículos.

Com a definição relativa às compras de passagens e locação de veículos (por diárias) passou-se à pesquisa junto ao Pannel de Preços do Ministério da Economia relativa a compras de passagens aéreas e locação de veículo com quilometragem livre, quando se detectou que tal serviços não se encontram registros de compra junto àquele portal. Com tal situação, a pesquisa de preços foi realizada, no que concerne às passagens aéreas, nos sites dos fornecedores, e no que concerne aos preços para locação de veículos, em site de pesquisa em fornecedores de serviços de locação de veículos nas localidades necessárias (www.rentalcars.com) em conformidade com o que dispõe a IN 05/2014. Considerando a necessidade de provisionamento de combustível, para a média deste insumo foi considerado o total de Km ora concedidos, considerando valores atribuídos para as localidades, pela ANP. Para efeito de proposta, os valores de pedágio devem ser considerados inclusos nos valores totais relativos aos automóveis (locação e combustível).

No que concerne à cidade de Goiânia, não foi considerado deslocamento aéreo, restando somente o terrestre.

Os levantamentos (pesquisas de preços) foram feitos: mão de obra (tabela do DNIT - fevereiro de 2020, passagens, locação de veículos e combustível foram cotados em fevereiro de 2020, conforme referências e imagens.

O quantitativo de profissionais e o tipo de profissional necessários para a realização de estimativa dos custos foi proposto pela SUROD, considerando a quantidade de 22 dias úteis trabalhados por mês por cada profissional, com periodicidade de 8 horas por dia, totalizando 176 horas trabalhadas a cada mês por profissional. Em face disso, foram estimados o consumo mensal de horas por cada profissional em cada uma das atividades relacionadas, tornando possível estimar a quantidade de cada profissional que será utilizada a cada mês para execução de cada uma das atividades. Para estimar o consumo total de cada espécie de profissional foi considerado a experiência comparativa entre a taxa de ocupação de cada atividade no âmbito de cada gerência da SUROD.

A recente alteração no Regimento Interno da ANTT por meio da Resolução nº 5.888/2020, que retirou da SUROD as competências relacionadas ao desenvolvimento de projetos de novas outorgas e da análise de viabilidade econômica financeira relacionadas aos projetos de novas outorgas, impactou apenas a Atividade " **APOIO TÉCNICO NA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS DE NOVAS OUTORGAS**", sendo que o Termo de Referência foi devidamente ajustado a nova realidade trazida. Sobre os colaboradores trazidos nesse item, estes foram aproveitados na Atividade 7 " **APOIO TÉCNICO NA GESTÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**", item que por restrição orçamentária estava com quantidade de colaboradores sublocado em vista da quantidade de demanda exigida para a adequada e tempestiva elaboração das tarefas pela GEFIR e GEGEF.

A memória de cálculo está disponibilizada em planilha eletrônica, conjuntamente com o Termo de Referência.

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 24, §1º, V, da IN 05/2017)

A solução a ser contratada é implementada em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura.

Os critérios técnicos de seleção do fornecedor são de amplo conhecimento, grande número de fornecedores e não restringe a competitividade no certame.

7 – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (art. 24, §1º, VI, da IN 05/2017)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA	FONTE
1.1	Coordenador Geral (P0)	POSTO DE TRABALHO	01	54.048,71	648.584,52	SUROD/ ANTT
1.2	Engenheiro Pleno (P2)	POSTO DE TRABALHO	22	33.719,08	8.901.837,12	SUROD/ ANTT
1.3	Economista (P1)	POSTO DE TRABALHO	02	33.655,90	807.741,60	SUROD/ ANTT
1.4	Supervisor Administrativo (P1)	POSTO DE TRABALHO	01	24.811,60	297.739,20	SUROD/ ANTT
1.5	Contador (P2)	POSTO DE TRABALHO	01	34.277,04	411.324,48	SUROD/ ANTT
1.6	Advogado Sênior (P1)	POSTO DE TRABALHO	01	35.001,72	420.020,64	SUROD/ ANTT
1.7	Advogado Auxiliar (P4)	POSTO DE TRABALHO	01	16.765,19	201.182,28	SUROD/ ANTT
1.8	Administrador Auxiliar (P4)	POSTO DE TRABALHO	01	13.645,59	163.747,08	SUROD/ ANTT

1.9	Assistente Administrativo (P3)	POSTO DE TRABALHO	05	14.421,20	865.272,00	SUROD/ ANTT
1.10	Técnico Sênior (T1)	POSTO DE TRABALHO	05	15.251,04	915.062,40	SUROD/ ANTT
1.11	Técnico Pleno (T2)	POSTO DE TRABALHO	05	11.737,56	704.253,60	SUROD/ ANTT
2.1	DESLOCAMENTO AÉREO	UD1	36	919,68	33.108,48	SUROD/ ANTT
2.2	DESLOCAMENTO TERRESTRE	UD2	02	447,04	894,08	SUROD/ ANTT
2.3	DIÁRIAS	UD3	72	314,90	22.672,80	SUROD/ ANTT
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA			14.393.440,28			

8 - DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO (art. 24, §1º, VII, da IN 05/2017)

A contratação em questão trata-se da execução de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária – SUROD.

9– JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, VIII, da IN 05/2017)

Os serviços técnicos especializados a serem contratados pela ANTT, foi delimitado em lote único em função das atividades desenvolvidas serem interdependentes entre si. Diante do exposto, resta claro que a inviabilidade técnica de divisão em lotes do objeto, já que as atividades não têm sentido isoladamente, mas apenas considerando o conjunto das atividades que refletem a SUROD.

Como exemplo citamos a atividade 7 - (Apoio Técnico na Gestão de Contratos de Concessões Rodoviárias) que tem como principal tarefa a Revisão Tarifária Ordinária e Extraordinária, item que depende diretamente a execução das atividades 6,12,13,14,15 e 16, atividades que ocorrem ao longo do ano concessão nas quatro unidades organizacionais presentes na presente contratação (Assessoria da SUROD, GEFIR, GEGEF e GERER).

Outro exemplo que podemos citar é a atividade 4 (Apoio Técnico na Instrução/Acompanhamento do PAS), que trata da análise e instrução dos processos administrativos de multas, que dependem de tarefas desenvolvidas de forma complementar entre as quatro unidades organizacionais presentes na presente contratação (Assessoria da SUROD, GEFIR, GEGEF e GERER). A GEFIR, GEGEF e GERER podem propor a autuação de multas contratuais, sendo que a GEFIR autua os processos de multas especificamente, sendo que a análise e instrução das multas é realizado pela GEFIR e assessoria técnica da SUROD, por meio da Coordenação de Instrução Processual – CIPRO.

Além disso, do ponto de vista econômico, vale lembrar que já houve redução orçamentária para a contratação das atividades em tela em função de restrição orçamentária imposta. Não obstante testemunhamos que a restrição orçamentária impõe um cenário que muito difere do ideal, sendo que o edital foi revisado buscando a mínima perda possível para as atividades desta SUROD/ANTT e privilegiando as ações estritamente necessárias. Assim, do ponto de vista econômico, dividir as atividades em lotes causaria ainda maior dano em função de que seria necessário redistribuir os custos indiretos de administração entre os diversos lotes, impactando necessariamente o orçamento.

10– DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS (art. 24, §1º, IX, da IN 05/2017)

Não se aplica.

11 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (art. 24, §1º, X, da IN 05/2017)

- | | |
|----|--|
| 1. | Disponibilidade de instalações físicas para os profissionais alocados. |
| 2. | Disponibilidade de equipamentos de informática e telefone para os profissionais alocados. Com relação a esse item, foi realizado o levantamento dos equipamentos disponíveis naSUROD, sendo o número considerado suficiente. |

12– CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 24, §1º, XI, da IN 05/2017)

Não há. Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento a miúdo das ações propostas no Termo de Referência e promovido o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação no âmbito da SUROD, constatando-se que não há sobreposição, correlação, interdependência ou conflito entre os objetos.

13– DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram Contratação de empresa de consultoria para prestação de serviços técnicos especializados. Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a contratação da solução demandada.

14 – ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome: ANDERSON SANTOS BELLAS	Matrícula/SIAPE: 1800374
<p style="text-align: center;">_____ ANDERSON SANTOS BELLAS Brasília, 23 de junho de 2020.</p>	
Nome: LUCIANO ESTEVE FERREIRA ASSIS	Matrícula/SIAPE: 1678542
<p style="text-align: center;">_____ LUCIANO ESTEVE FERREIRA ASSIS Brasília, de 24 de junho de 2020.</p>	

Autoridade Competente	
Nome: MARCELO ALCIDES DOS SANTOS	Matrícula/SIAPE: 1677937
<p>O presente planejamento está de acordo com as necessidades da ANTT, mesmo que a Equipe de Planejamento da Contratação tenha se pronunciado pela inviabilidade da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.</p>	
<p style="text-align: center;">_____ MARCELO ALCIDES DOS SANTOS Brasília, 24 de junho de 2020.</p>	

OBS 1: Os Estudos Preliminares devem obrigatoriamente conter o disposto nos incisos I, IV, VI, VIII e XII do §1º do art. 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 (itens 2, 5, 7, 9 e 13)

OBS 2: A Equipe de Planejamento da Contratação deverá apresentar justificativas no próprio documento que materializa os Estudos Preliminares quando não contemplar quaisquer dos incisos de que trata o § 1º deste artigo.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON SANTOS BELLAS, ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO**, em 24/06/2020, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO ESTEVE FERREIRA DE ASSIS, ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO**, em 26/06/2020, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ALCIDES DOS SANTOS, Superintendente**, em 02/07/2020, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3614977** e o código CRC **4DDF417F**.

CURRÍCULO PADRÃO - Todos os itens são de preenchimento obrigatório

1. DADOS PESSOAIS			
Nome Completo:			
Endereço:			
Cidade/Estado		CEP:	
Telefone Celular:		Telefone Residencial:	
E-mail:		Data de Nascimento:	
1.1 DADOS DA SELEÇÃO			
Edital para o qual se candidata			
Nome do cargo pretendido			
2. FORMAÇÃO ACADÊMICA			
Curso:			
Tipo de Formação:		() Tecnólogo	() Graduação
Instituição de Ensino:		() Outros	
Data de Início (dd/mm/aa):		Data de Conclusão (dd/mm/aa):	
3. PÓS-GRADUAÇÃO			
3.1 Stricto Sensu:			
Tipo:		() Mestrado	() Doutorado
Área:			
Título:			
Instituição de Ensino:			
Data de Início (dd/mm/aa):		Data de Conclusão (dd/mm/aa):	
3.2 Lato Sensu			
Área:			
Instituição de Ensino:			
Data de Início (dd/mm/aa):		Data de Conclusão (dd/mm/aa):	
4. VÍNCULO EMPREGATÍCIO ATUAL - preencher um item.			
() Servidor Público Ativo Federal		() Servidor Público Ativo Estadual	
() Servidor Público Ativo Municipal		() Servidor Público Inativo, Especificar:	
Exoneração (dd/mm/aa)		Aposentadoria (dd/mm/aa)	
() Consultor por meio de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais (PNUD, UNESCO, OEI, Unicef, etc.) Especificar:			
() Vigente	Início (dd/mm/aa)	Término (dd/mm/aa)	
() Encerrado	Início (dd/mm/aa)	Término (dd/mm/aa)	
() Funcionário de Empresa Estatal		() Funcionário de Empresa Privada	
() Sem vínculo empregatício			
() Outros. Especificar:			

5. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS					
Específicas relacionadas com o edital:					
Empregador 1:					
Início (dd/mm/aa):		Saída (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e	
Cargo / Função:					
Descrição das atividades gerais desempenhadas:					
Empregador 2:					
Início (dd/mm/aa):		Saída (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e	
Cargo / Função:					
Descrição das atividades gerais desempenhadas:					
Empregador 3:					
Início (dd/mm/aa):		Saída (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e	
Cargo / Função:					
Descrição das atividades gerais desempenhadas:					
Empregador 4:					
Início (dd/mm/aa):		Saída (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e	
Cargo / Função:					
Descrição das atividades gerais desempenhadas:					
Empregador 5:					
Início (dd/mm/aa):		Saída (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e	
Cargo / Função:					
Descrição das atividades gerais desempenhadas:					
Empregador 6:					
Início (dd/mm/aa):		Saída (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e	
Cargo / Função:					
Descrição das atividades gerais desempenhadas:					
6. OUTRAS INFORMAÇÕES					
Descrever, de forma clara e consisa, as 02 (duas) realizações profissionais mais importantes / com êxitos nas áreas mencionadas no item nº (Experiências Profissionais). Limite 20 linhas.					